

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE DEZEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.837

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Edison Andrino

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edison Andrino - Vice Presidente

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1851
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Mesa DL.....2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....2

Extratos14

Projetos de Lei.....16

Projeto de Lei Complementar17

ATOS DA MESA**ATO DA MESA DL****ATO DA MESA N. 056-DL, de 2007**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Pedro Uczi para ausentar-se do

País, no período de 01 a 15 de fevereiro de 2008, para cumprir roteiro de viagem à Alemanha, a fim de conhecer experiências tecnológicas na área de produção de energias renováveis.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de dezembro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA****ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA****COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ÀS 19H, REALIZADA NAQUELE MUNICÍPIO

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Muito boa-noite a todos e a todas aqui presentes - sejam bem-vindos e sintam-se bem nesta audiência pública.

Este que vos fala é o deputado Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa. Estamos com toda a nossa equipe de funcionários da Casa, que sempre dá sustentação ao trabalho da Assembléia fazendo relatórios e passando-os para a imprensa, para a TVAL - estamos com a equipe da TVAL aqui, a televisão da Assembléia Legislativa; do jornal; e da rádio digital da Assembléia Legislativa.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, vamos dar início a esta audiência pública convocada pelo deputado Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, por solicitação da comunidade, juntamente com o presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Palhoça, senhor Raul Roberto Weiss, para discutir e encaminhar questões relativas à segurança pública no município de Palhoça.

Convido para compor a mesa o deputado Renato Hinnig, proponente desta audiência pública; o senhor Mauricio Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina; o coronel Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o vereador João Carlos Amândio, neste ato representando o senhor Ronério Heiderscheidt, prefeito de Palhoça; o vereador Nirdo Artur Luz, presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça; o senhor Raul Roberto Weiss, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça, CDL; o tenente-coronel Sílvio Ernani Fernandes, comandante da 1ª Guarnição Especial da Polícia Militar de Palhoça; o doutor João Batista dos Santos, presidente da OAB de Palhoça; o senhor Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, representando o secretário de Segurança Pública Ronaldo Benedet; e o doutor Wilter Domingues, delegado regional da Polícia Civil de Palhoça.

Desde já também queremos registrar a presença do coronel da PM Emilson Carlos de Souza, coordenador estadual da Polícia Comunitária; e também do senhor Eliseu de Souza, diretor de Integração da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Passamos a palavra ao deputado Renato Hinnig, que também participa da nossa Comissão, para sua saudação.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Boa-noite a todos e a todas. Inicialmente gostaria de saudar o deputado Dirceu Dresch, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa; o doutor Wilter Domingues, delegado-regional da Polícia Civil de Palhoça; o doutor Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, representante do secretário Ronaldo Benedet, que não pôde estar aqui porque está de viagem para São Paulo; o doutor João Batista dos Santos, presidente da OAB, de Palhoça; o tenente-coronel Sílvio Ernani Fernandes, comandante da

1ª Guarnição da Polícia Militar de Palhoça; o vereador Nirdo Artur Luz, presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça; o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Raul Roberto Weiss; o vereador João Carlos Amândio, que neste ato representa o prefeito de Palhoça, senhor Ronério Heiderscheidt; o coronel Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar; o doutor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina; as demais autoridades; os senhores vereadores; e os funcionários da Assembléia Legislativa, que gentilmente se deslocaram até o nosso município.

Deputado Dirceu, Palhoça está tão próxima a Florianópolis, mas ao mesmo tempo distante. Já faz muito tempo e não sei se houve algum dia uma audiência pública aqui no município, promovida pela Assembléia Legislativa, para discutir questões de relevante importância em Palhoça.

A questão da segurança pública está hoje entre as maiores preocupações da população do município de Palhoça. E esta audiência pública foi solicitada em função de uma mobilização da própria comunidade, das entidades representativas do segmento empresarial, do CDL, da Associação Comercial, dos clubes de serviço, como o Rotary, dos conselhos comunitários, do conselho de segurança, que temos instalado apenas dois aqui no município, agora já existe um terceiro em formação, mas é uma questão que precisamos trabalhar melhor.

A proposta desta audiência pública é também fazer cobranças das autoridades que têm a responsabilidade de dirigir a segurança pública. Mas não é somente cobrança, na verdade todos têm consciência das dificuldades que as nossas autoridades também enfrentam no seu dia-a-dia. Sabemos que não é por falta de esforço, que não é por falta de vontade que as coisas não acontecem. Mas é importante que se realize esta audiência pública, para que as autoridades que estão constituídas para conduzir a segurança pública colham o sentimento do que está acontecendo aqui no nosso município. Eu tenho certeza de que existe uma disposição muito grande de parte das entidades que solicitaram a realização desta audiência, como de resto de toda a população de Palhoça, de buscar estabelecer parcerias para que a gente em conjunto encontre as soluções.

Já estivemos, junto com os senhores vereadores e alguns representantes da comunidade do município, em audiência com o secretário de Segurança. Reconhecemos que ele nos deu toda atenção, procurou na medida do possível e com esforço - sabemos disso - amenizar os problemas, e já temos alguns avanços nesse sentido, mas ainda resta muito a fazer. Por isso a importância deste encontro.

Eu tenho a convicção de que nós estamos dando o pontapé inicial para de fato buscarmos solucionar, e se não solucionar pelo menos amenizar, todo esse problema da Segurança Pública.

E por que chegamos nesse estágio? Porque Palhoça é, entre os municípios da Grande Florianópolis, aquele que mais vem crescendo, aquele que mais vem recebendo imigrantes de outras regiões que aqui estão se instalando e formando bolsões de favela. Com isso, sem dúvida nenhuma, aumenta-se a insegurança aqui no município.

Isso aconteceu, porque toda a estrutura para atender a área da Segurança foi concebida em uma época em que Palhoça era muito menor. Se compararmos hoje - daqui a pouco vamos mostrar dados - com o município de São José, que na verdade tem uma população maior do que Palhoça, nós vamos ver que lá existe uma estrutura muito melhor do que a diferença de população existente entre Palhoça e São José. O que nós estamos pedindo, o que vamos buscar é o equilíbrio das coisas. Não queremos tirar nada de São José, mas precisamos, sim, melhorar as condições de trabalho dos nossos policiais e equipar a nossa Polícia Civil e a nossa Polícia Militar de forma adequada para melhor podermos realizar o seu trabalho.

Eram essas as considerações iniciais e, logo em seguida, vamos apresentar os dados.

Devolvo a palavra ao presidente da nossa Comissão, para que ele continue dirigindo os trabalhos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Hoje a nossa tarefa aqui é escutar o que a comunidade vem trazer - e temos uma mesa bem representativa na área da segurança e também da comunidade.

Então, a gente vai começar aqui ouvindo, depois os componentes da mesa vão falar sobre o que vocês apresentarem, e em seguida vamos abrir para algumas perguntas, alguns questionamentos da comunidade. Essa é a forma que vamos trabalhar. Ou seja, algumas pessoas da mesa vão se pronunciar e depois ouviremos vocês.

Passaremos a palavra ao deputado Renato Hinnig, que trouxe dados para serem apresentados.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - *(Procede-se à apresentação de imagens.)*

A (in) Segurança Pública em Palhoça.

Como é a realidade do município de Palhoça: ele é o 9º município mais populoso de Santa Catarina; cresceu cerca de 300% nos últimos 35 anos; com maior extensão territorial da Grande Florianópolis, 361 quilômetros quadrados; maior depositária das imigrações frustradas à "Ilha da Magia"; e maior índice de favelização da Grande Florianópolis.

Aqui é o seguinte: nós temos todo um marketing que é feito sobre Florianópolis. Agora mesmo o Estado de Santa Catarina foi considerado o primeiro, entre os Estados brasileiros, na questão do turismo - e quando se fala em turismo vem logo Florianópolis. Isso faz com que muitas pessoas se sintam atraídas a vir para Florianópolis, aqui chegando encontram uma realidade diferente e em decorrência disso acabam vindo se instalar no município de Palhoça. Por isso, temos o maior índice de favelização da Grande Florianópolis.

Um estabelecimento comercial do Jardim Eldorado já foi assaltado e atualmente só atende a portas fechadas. Eu pergunto: quem ainda não foi acordado no meio da noite ao som de tiros? A maioria das casas do meu bairro, que fica ao lado, já foi visitada por ladrões, e cada vez que isso acontece gera um temor muito grande da população.

Algumas comparações sobre a Polícia Militar: área geográfica do município de Palhoça comparando com São José (Palhoça 361 quilômetros quadrados e São José 115 quilômetros quadrados); população aproximada (Palhoça 128 mil habitantes e São José 201 mil habitantes); efetivo policial militar (Palhoça 207 homens e São José 342 homens) - o que dá uma relação policial por habitante para Palhoça de 618 e para São José de 587. OPMS instaladas no município (Palhoça 1 e São José 4); e Conseg (Palhoça 2 e São José 11).

Agora, um comparativo de viaturas: em atividade (em Palhoça 9 por turno e em São José 20 por turno); em processo de descarga (Palhoça 2 e São José não-informado); em manutenção (Palhoça 10 e São José não-informado); motocicletas em atividade (Palhoça 8 e São José 7).

Ocorrências policiais atendidas pela Polícia Militar: homicídios (Palhoça 19 e São José 22); armas apreendidas (Palhoça 49 e São José 80); pessoas conduzidas ou presas em flagrante (Palhoça 382 e São José 2.284); drogas apreendidas: maconha (Palhoça 103,90 quilos e São José 9,96 quilos) - vejam o problema sério que é isso -: cocaína (Palhoça 4,680 quilos e São José 1,620 quilo); haxixe (Palhoça 119 bolas e São José 10 bolas); crack (Palhoça 9.538 pedras e São José 2.068); pés de maconha (Palhoça 123 e São José nenhum); LSD (Palhoça nenhum e São José 35 pontos); e ecstasy (Palhoça nenhum comprimido e São José 70 comprimidos). Ocorrências diversas (Palhoça 10.235 e São José não-informado); emergências, traumas e acidentes (Palhoça 1.462 e São José não-informado); e crimes de contravenções (Palhoça 4.450 e São José não-informado).

Atividades desenvolvidas pela Polícia Militar no município de Palhoça: Operação Veraneio, policiamento motorizado, policiamento de trânsito, policiamento em eventos, operações comando de trânsito/varredura e presença, operação fecha quartel, policiamento no Fórum, policiamento na fiscalização da Fazenda, atividades do Proerd, ronda escolar, entre outras.

Necessidades urgentes da Polícia Militar em Palhoça: um contingente de sessenta homens no efetivo policial, mais dez viaturas, mais dez motocicletas, um veículo tipo van para o trânsito, um veículo para transporte de tropa.

Polícia Civil: na Delegacia Regional de Polícia da Comarca de Palhoça (1 delegado regional e 8 policiais) e na da Comarca de São José (1 delegado regional e 37 policiais); na 1ª DP de Palhoça (2 delegados e 24 policiais) e na 1ª DP de São José (1 delegado e 18 policiais); na Subdelegacia de Polícia que está localizada na Pinheira (nenhum delegado e 5 policiais) e na 2ª DP de São José (1 delegado e 16 policiais) - e em São José tem ainda a 3ª DP com 2 delegados e 19 policiais e mais a Central com 8 delegados e 32 policiais. O que dá um total em Palhoça de 3 delegados e 37 policiais, e em São José 13 delegados e 122 policiais.

Na Polícia Civil temos ainda: Boletins de Ocorrência (em Palhoça 14.368 e São José 28.394); frota de veículos (em Palhoça 57.098 e em São José 100.574); Carteira Nacional de Habilitação emitida (em Palhoça 14.987 e em São José 25.097); Carteira de Identidade emitida (em Palhoça 2.283 e em São José 3.469).

Polícia Civil de novo: área geográfica, 361 quilômetros quadrados em Palhoça e 115 quilômetros quadrados em São José, o que dá um percentual de 313,91% maior do que São José; população equivalente (Palhoça tem 63,68% da população de São José; com Boletim de Ocorrência de 50,60% a mais; tem frota de veículos superior, 56,77%; carteiras de habilitação, 59,72%; carteiras de identidade emitidas, 65,81%; delegados, 23,08%; e policiais civis, 30,33%). Se nós levarmos em consideração a população, nós temos 63% da população de São José, 23% de delegados e 30% de policiais civis, que é um dado importante.

As necessidades da Polícia Civil: mais 8 delegados, 95 agentes e auxiliares, 6 viaturas, 15 computadores e adicionar um espaço físico de mil metros quadrados.

Senhores, os dados são esses. Depois nós vamos disponibilizar a cada um dos integrantes da mesa para que levem como registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Renato.

Alguém das entidades do município gostaria de implementar esses dados, essas informações que o deputado Renato apresentou? *(Pausa.)*

Então, concedo a palavra ao senhor Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, representando o secretário de Segurança Pública Ronaldo Benedet.

O SR. PAULO ROBERTO DIAS NEVES - Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar o deputado Dirceu Dresch; o deputado Renato Vianna, Hinnig. Desculpe-me, deputado, é que hoje pela manhã eu estive com o ex-deputado Renato Vianna, que assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento da Região. Quero cumprimentar o doutor Maurício Eskudlark, chefe da Polícia Civil; o coronel Eliésio, comandante da Polícia Militar; o coronel Schaufert; as autoridades municipais aqui presentes; o doutor Eliseu, diretor de Integração da Secretaria de Segurança; o doutor Ademir Serafim, delegado-regional de Balneário Camboriú; o coronel Emilson, que está lá atrás e é o homem que cuida dos Conseg (pelo que eu estive olhando, só temos dois Conseg instalados); a delegada Vanessa, que também é responsável pelos Conseg; e o capitão Aureo, que está presente e faz parte da Polícia Militar aqui do município.

Como já foi dito, o secretário de Segurança, deputado Ronaldo Benedet, não está presente porque está em viagem à cidade de São Paulo, vindo de Brasília, no qual cumpre um roteiro de busca de soluções e recursos para Santa Catarina.

Em nome dele eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que estou contente em ver esse número de pessoas da comunidade aqui presente, depois de um dia intenso de trabalho, loucos para irem para casa descansar, para estarem com seus familiares. Isso é importante, a participação da comunidade sempre faz a diferença.

Na área da Secretaria de Segurança Pública as coisas não são tão simples, até porque hoje segurança pública é a grande questão mundial, não só do nosso Estado. E se levarmos em consideração a divisão de Estados no Brasil, nós hoje somos o Estado com menor índice de criminalidade. Tanto é que ficamos fora de um programa chamado Pronasci, que é o PAC da Segurança Pública, são os recursos que o governo federal repassa aos Estados para ajudar no combate à criminalidade. O Estado de Santa Catarina está fora do Pronasci porque, no entender da Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem baixo índice de criminalidade, levando-se em consideração outros Estados. E vou até mostrar alguns.

Sempre quando falamos em estatísticas, falamos em números de 100 mil habitantes. No Pará, temos 32,2 homicídios para cada 100 mil habitantes; em Pernambuco, temos 42,4 homicídios para cada 100 mil habitantes; no Espírito Santo, 28,7 homicídios para 100 mil habitantes; em São Paulo, 18 homicídios para cada 100 mil habitantes; no nosso vizinho Paraná, 31,1 homicídios para cada 100 mil habitantes; e no outro vizinho nosso, o Rio Grande do Sul, 12,5 homicídios para cada 100 mil habitantes; enquanto Santa Catarina possui 7,1 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

E o nosso grande problema de segurança - e mais adiante passarei a palavra ao doutor Maurício e ao coronel Eliésio -, como sabemos, está na Grande Florianópolis. E na Grande Florianópolis temos uma cidade que cresceu muito, que é a nossa Palhoça, que por ter um crescimento em poucos anos (os outros municípios não cresceram), junto vieram os problemas decorrentes desse crescimento, entre eles, é lógico, aquela sensação de insegurança e a criminalidade. E quando falamos em índice de criminalidade, falamos em prisões, em polícia.

Às vezes nos esquecemos que para estancarmos a criminalidade precisamos também trabalhar as questões sociais. A polícia por si só, por melhor que seja, nunca resolverá os problemas de criminalidade. Precisamos fazer um trabalho paralelo de atendimento social, de atendimento ao menor infrator, às famílias carentes, de atendimento aos parentes daqueles que são presos, e também um trabalho sério de ressocialização para os nossos detentos. Temos índices que mostram que trabalhos sociais junto com essas áreas reduzem drasticamente a criminalidade. A polícia é o último anteparo para a criminalidade.

Mas não trago só notícias de transferência de responsabilidade, trago também a informação de que estamos efetuando um convênio com a Unisul e instalaremos aqui na Comarca de Palhoça uma unidade, uma central do Instituto Geral de Perícias. Com esse trabalho em conjunto com a Unisul, vocês poderão fazer todos os exames e perícias relativos à área de segurança pública e terão também agilização para as carteiras de identidade.

Isso é uma parceria que o Estado está fazendo na área da segurança pública. E como disse o deputado Renato Hinnig, há necessidade de parcerias com entidades privadas também.

Temos alguns números de necessidades de veículos. Só para que vocês tenham conhecimento, do ano de 2004 até este ano foram distribuídas para Palhoça quinze viaturas, dentre elas, duas motocicletas; para Joinville, onze viaturas; para Blumenau, oito viaturas; para Criciúma, vinte viaturas, dentre elas, seis motocicletas.

Então, Palhoça, na distribuição de veículos, não está distante dos outros Estados, inclusive com alguma vantagem se levarmos em consideração a população. Porém, como já dissemos antes, Palhoça é um município que está crescendo muito, portanto, precisa de uma atenção especial também.

Gostaria de deixar a palavra livre para que vocês façam os questionamentos atinentes a este momento. Juntamente com o doutor Maurício e o coronel Eliésio, responderemos todas as questões dentro das nossas possibilidades.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o deputado Cesar Souza Júnior; o delegado Ademir Serafim, diretor de Inteligência da Polícia Civil; e o coronel PM Fred Harry Schaufert, comandante da 1ª Região de Polícia Militar.

Comunico o recebimento de um documento da CDL; de uma moção de repúdio da Câmara de Vereadores, aprovada no dia 22 de outubro de 2007; e da justificativa de ausência do presidente da Alesc, deputado Júlio Garcia, em virtude de outra agenda assumida anteriormente, bem como para acompanhar o velório do filho do nosso colega deputado Aguiar, de Canoinhas. Seu único filho morreu ontem em um acidente de carro e hoje pela manhã foi enterrado. Hoje, inclusive, não tivemos sessão, foram suspensos os trabalhos da Assembléia Legislativa para o pessoal se deslocar a Canoinhas para participar do enterro desse jovem.

É lamentável este momento que a família do deputado Antônio Aguiar está passando.

Com a palavra o senhor Maurício Eskudlark, delegado-geral da Polícia Civil de Santa Catarina.

O SR. MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar os deputados Dirceu Dresch, Renato Hinnig, Cesar Souza Júnior e os demais deputados; o doutor Neves, diretor-geral da Secretaria da Segurança Pública; o meu amigo e companheiro Coronel Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina; os vereadores de Palhoça, o representante do prefeito; as demais autoridades municipais e estaduais; o doutor Wilter Domingues, delegado regional da Polícia Civil do Município de Palhoça; e, em especial, o meu colega Rogério Zacchi, delegado de Palhoça.

Quero dizer que no início do ano nós sentimos, pelos números, uma preocupação muito grande com o município de Palhoça, com a situação da nossa delegacia, com o número de policiais. Conversamos com o doutor Wilter e para a região de Palhoça trouxemos dezesseis policiais civis, sendo seis para a região e dez especificamente para Palhoça.

Falei para o doutor Wilter, e sempre lembrado pelos deputados e pelas lideranças da região, da nossa preocupação com o crescimento do município. O próprio prefeito Ronério esteve conversando conosco, participamos de algumas reuniões, inclusive com o objetivo de implantar aqui a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança, ao Adolescente e ao Idoso *(Palmas)*, que é um projeto que estamos, juntamente com a administração municipal e o delegado regional, verificando a viabilidade.

Então eu acredito que Palhoça, com esse número, foi o município que mais recebeu policiais em Santa Catarina, porque nós tivemos que fazer remanejamento. Em 1986 a Polícia Civil tinha em Santa Catarina 3.600 policiais e hoje, em 2007, tem 3.200. Ou seja, 400 policiais a menos do que em 1986, em que pese o governador Luiz Henrique, nos últimos quatro anos, ter proporcionado concursos para ingresso de 700 novos policiais. Nos quatro anos anteriores ao governo Luiz Henrique, ingressaram somente quatro policiais civis na nossa instituição.

Nós já temos um projeto pronto, que encaminhamos ao secretário Ronaldo Benedet e já está com o governador, de concursos para mais 900 policiais para os próximos três anos, e sabemos que o grupo gestor já analisou, já tem o o.k. do governador. Sei que é importante e necessário o apoio dos senhores deputados.

Nós temos que repor o quadro, porque nas outras questões a Secretaria, a Polícia Civil e a Polícia Militar estão fazendo licitação para aquisição de viaturas.

Quanto à reposição de computadores, já estamos com uma licitação encerrada, já estamos nos preparando para fazer a entrega. Então, na questão de instalação de equipamentos e de viaturas, vamos melhorar ainda mais a situação da delegacia de Palhoça.

O nosso objetivo é reforçar ou transformar em um distrito policial a Pinheira, com um delegado de polícia - inclusive, foi constatado que tinha três delegados, mas já são quatro, porque neste último mês removemos mais uma delegada para cá, e o nosso objetivo, realmente, é aumentar o efetivo.

Vejo que os índices criminais têm se mantido mais ou menos no mesmo patamar das estatísticas que temos aqui referentes a 2006 e 2007. Aquelas apreensões de drogas que foram mostradas ali, deputado, muitas vezes... Santa Catarina é o primeiro Estado com o menor índice de incidência criminal, homicídios, roubos e furtos, e o segundo em apreensão de drogas, o que demonstra eficiência policial. A Polícia Federal está fazendo um grande trabalho no combate ao tráfico de drogas e a nossa Polícia Civil, neste ano, superou todos os índices de apreensão de drogas referentes a outros anos.

Conversamos com o doutor Wilter, com o secretário, num trabalho conjunto com o coronel Eliésio, com a Polícia Militar, e nós vamos melhorar ainda mais o efetivo. Esses dez policiais que vieram para cá são jovens, são policiais saídos da Academia, policiais que queriam vir para Palhoça, porque nós estamos utilizando... E, confesso, temos ainda dificuldades em todo o Estado, porque um bom número de policiais está querendo vir para a Grande Florianópolis, especialmente, para Palhoça, só que temos que ter a preocupação de não desestruturar a segurança dos lugares de onde eles estão saindo.

Mas eu fico feliz com essas estatísticas, com esses índices, o delegado Wilter já tinha furado a informação, já tinha nos repassado esses comparativos. Então, o que eu posso dizer para tranquilizar a população é que na administração da Polícia Civil nós estamos com essa preocupação. Já demos atenção especial a isso durante este ano e acredito que teremos agora a possibilidade de fazer um reforço até significativo, se compararmos os números, antes mesmo de um próximo concurso ser aprovado e autorizado pelo governador e pelo secretário. Acredito que teremos, lá por agosto ou setembro do ano que vem, uma nova turma pronta na Academia para assumir. Esse é o nosso desejo.

Pelos índices, no ano de 2006 tivemos 106 furtos de veículo e este ano tivemos 88; furto em comércio: no ano passado foram 263 e este ano foram 202; furto em residência: no ano passado foram 761 e este ano foram 768; homicídio doloso: no ano passado foram 24 e este ano, até agora, foram 19. Então, os nossos índices têm se mantido, a Polícia Militar tem feito um trabalho preventivo, um trabalho de combate pela delegacia de Polícia.

Mas nós temos uma série de dificuldades, como a falta de lugar para os presos. Hoje, o grande problema da Segurança Pública é o sistema prisional, falta lugar para colocar os presos. A Secretaria está empenhada em alguns projetos, o secretário tem andado com o projeto do Centro de Triagem e não consegue um município em que o terreno seja doado ou que seja aceita a construção - era para fazer em São Pedro de Alcântara, mas deu aquele problema. Então, nós estamos diariamente buscando solução e acompanhando o trabalho do secretário Ronaldo Benedet.

Mas o que eu posso dizer é que nós tivemos em torno de vinte e cinco movimentações de funcionários para melhorar a atividade e dezesseis novos policiais para a região, sendo dez, especificamente, para a Comarca de Palhoça.

Então, senhores deputados e comunidade, o nosso objetivo é melhorar. Dentro do possível, vamos ainda trazer novos reforços, quem sabe trazer logo uma central de investigação. E o projeto que está, vamos dizer assim, mais estudado e discutido é o da implantação da Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança, ao Adolescente e ao Idoso e o da transformação da delegacia da Pinheira em distrito policial, com um delegado titular.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Maurício.

Passamos a palavra ao coronel Eliésio.

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Senhores deputados, senhores delegados, senhores da sociedade palhocense, senhoras e senhores, oficiais, praças e imprensa.

Primeiramente quero dizer que me sinto orgulhoso, porque minha mãe é natural de Palhoça e me considero um cidadão palhocense. Família Siegel - estão aí o Valmor, o Belo, o Armando e o Ferreiro. E também sou guarani! (Palmas.)

Quando se fala em segurança pública, o primeiro olhar das pessoas é dirigido ao policial ou à viatura que está sendo vista; o segundo olhar é para a Polícia Civil.

Ora, para que uma empresa tenha sucesso, são necessários esses cinco itens: bom atendimento, limpeza, educação do funcionário, material e preço. Se não for assim, ela não terá sucesso. Quando se fala em segurança pública, existe uma polícia administrativa, que é a Polícia Militar, uma polícia de investigação, que é o doutor Maurício, o Ministério Público, o Judiciário e o sistema penitenciário. Esse é o sistema de defesa social. Todavia, como nós andamos de carro azul e branco, usamos as nossas viaturas brancas com aqueles caracteres, com aquele bege, todos desviam o olhar.

Só para os senhores terem uma base, aqui na Palhoça foram conduzidas às delegacias por crime ou contravenção 4.450 pessoas. Isso quer dizer que são treze pessoas por dia. Dessas 4.450, foram feitos procedimentos, ou flagrante ou termo circunstanciado, só que, em contrapartida, quando falamos de um sistema penitenciário, 28% dessas ocorrências atendidas giram em torno de reincidência praticada pelo infrator, que é um menor, a criança ou o adolescente, e mais aquele egresso do sistema penitenciário. Isso quer dizer o quê?

A Polícia Militar, ainda preocupada, já formou este ano seiscentas mil crianças no Proerd. Talvez a Polícia Militar seja o único órgão de toda a sociedade que dá a segunda prevenção às crianças. A primeira prevenção é dada dentro do lar e a segunda é dada na sexta ou na quarta série, e hoje já estamos estendendo aos pais. Então a Polícia Militar tem essa preocupação.

Todos falam em penitenciária, mas eu prefiro que se fale em criação de vagas para os adolescentes, para que daqui a pouco não tenhamos que correr atrás deles e dar um tiro ou receber um tiro de algum. Vamos tentar recuperá-los. (Palmas) Cabe à parte social, que (ininteligível) política, fazer isso, não à polícia. Além disso, gastamos um grande efetivo nas penitenciárias em São Pedro de Alcântara, são 71 policiais militares; em Florianópolis, em torno de 120; e na penal agrícola, em torno de 10, que deveriam estar nas ruas. Temos, então, que verificar tudo isso, fazer um estudo.

O senhor governador, no ano passado, incluiu novecentos policiais militares; no ano retrasado, aproximadamente mil policiais militares. Estão sendo compradas 275 viaturas (não é promessa!) com o empenho do nosso secretário da Segurança e do senhor governador, e Palhoça será beneficiada. Já foi solicitada, e está prevista, a inclusão de 600 novos policiais militares e mais 30 oficiais, e Palhoça será beneficiada no ano que vem.

Sabemos que assusta, sim, o índice. E não vou falar em índice, porque o doutor Maurício já falou, são 19 contra 24 do ano passado, é um por cem mil habitantes. Palhoça tem 128 mil habitantes, mas durante o dia cai para aproximadamente 70 mil, 80 mil, porque o pessoal vai para Florianópolis ou para São José.

Para corroborar com as palavras do doutor Maurício, a Polícia Militar, a Polícia Civil e todo o segmento, durante este ano, conseguimos reduzir aproximadamente, em números relativos, 59 homicídios em relação ao ano passado. Em toda Santa Catarina, em novembro do ano passado, tivemos 42 homicídios e este ano tivemos cinco, graças a Deus.

Então, meus senhores, a Polícia Militar não se exime de responsabilidade, tanto é que o comandante-geral trouxe os oficiais, o comandante da região, porque nós também somos da sociedade, pertencemos à sociedade, ninguém é extraterrestre, tanto aflora nos senhores como aflora na nossa família, que está lá, como a minha mulher e as minhas filhas.

Então, estamos aqui e é importante a participação e a cobrança dos senhores. Temos que melhorar, sim, porque os senhores nos pagam para darmos o melhor de nós pelos senhores.

Obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Boa-noite a todos e a todas. É um prazer estar aqui novamente com todos os amigos.

Meus cumprimentos ao proponente desta audiência, deputado Renato Hinnig; ao deputado Dirceu Dresch, presidente desta Comissão; ao senhor vereador Nirdo Artur Luz, presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça; ao delegado-geral da Polícia Civil, doutor Mauricio Eskudlark; e ao nosso comandante da Polícia Militar, coronel Eliésio.

Ao se falar em segurança hoje é muito fácil cair em discursos e apontar poucos caminhos de melhora real. E as pessoas vão dia-a-dia perdendo a capacidade de acreditar, porque em que pese termos em Santa Catarina estatísticas favoráveis em termos de Brasil, aquele cidadão que sofre com uma arma apontada para a sua cabeça não olha para estatística, o que ele tem é o sentimento, e o sentimento que nós temos hoje na Grande Florianópolis e, de maneira muito especial aqui em Palhoça, é o sentimento de insegurança. Isso é muito forte.

Eu quero aqui destacar, coronel Eliésio e delegado Mauricio Eskudlark, a participação muito forte da polícia catarinense. Eu afirmo aqui que nós temos, com certeza, meus amigos, a melhor polícia deste País em termos de desempenho, de capacidade, de honestidade. Prova disso é que os índices catarinenses são os menores em relação aos do Brasil. Mas não importa serem os menores em relação ao Brasil, eles têm que ser os menores em relação à nossa casa, em relação à proteção da nossa família. Digo isso porque nós não podemos nos conformar, a sensação de insegurança é crescente e o município de Palhoça (estão aqui os dados brilhantemente apresentados pelo deputado Renato Hinnig) tem um déficit histórico na sua infra-estrutura de segurança pública, déficit na Polícia Militar, mas déficit mais severo ainda na Polícia Civil. Uma situação que aconteceu porque não se investiu em segurança pública em Palhoça, como em outros setores, o proporcional ao aumento da população.

Quero dizer aqui, deputado Renato, que a gente sabe do empenho do delegado Mauricio Eskudlark e do coronel Eliésio em reverter essa situação, ouvimos aqui algumas boas notícias, mas nós, da Assembléia Legislativa, vamos continuar batalhando para quando houver aumento de efetivo que ele seja prioritariamente enviado para Palhoça, porque não dá para admitir um município com 128 mil habitantes ter 4 delegados e 37 policiais civis e um município com 200 mil habitantes ter 13 delegados e 122 policiais civis. Isso é algo que não tem como se admitir, é uma conta que não fecha! A vida de um palhocense vale a mesma coisa que a vida de um josefense, que a vida de um florianopolitano! (*Palmas*.)

Então, nós precisamos, em conjunto com a Polícia Civil e a Polícia Militar, trabalhar nesse sentido. A gente sabe que mente quem diz que vai mudar esse quadro do dia para a noite. É uma coisa gradativa que vai ter que acontecer, mas tem que haver essa inflexão. Se vierem quatro policiais para a Grande Florianópolis, terão que vir, prioritariamente, para Palhoça, para que esse déficit tão gigantesco comece a ser vencido.

Concordo com a abordagem do nosso competente coronel Eliésio, de que precisamos também combater a base. Precisamos dar educação? Sim! Precisamos dar oportunidade ao jovem? Precisamos! Agora, o Estado tem que construir escola para estudante, escola para jovem e cadeia para bandido. (*Palmas*.)

Não é só construir escola. Tem que fazer escola, mas também tem que ter cadeia para o bandido, porque o déficit de vagas no setor prisional catarinense é o que está engessando o trabalho da polícia. O nosso policial civil, que já é escasso, tem que ficar na DP sendo muitas vezes babá do detento, tem que levá-lo ao dentista, ao médico. Às vezes as pessoas enfrentam fila nos postos de saúde, mas o detento tem que ser levado, e aí se conduz uma viatura, desloca-se um policial que poderia estar investigando um homicídio, poderia estar protegendo a nossa família.

Então, este é um câncer que tem que ser enfrentado, é uma coisa que tem que ser resolvida para começarmos a respirar.

Por fim, meus amigos, quero deixar aqui a mensagem de que a situação em Palhoça é crítica em relação aos seus vizinhos. Isso tem que ser dito. Tem que haver uma atenção especial para Palhoça por parte da Secretaria da Segurança, que está havendo, mas temos que cada vez cobrar mais.

Não vamos dissociar a questão da polícia da política social, papel esse que tem que ser exercido com responsabilidade pelo governo municipal e também pelo governo estadual. Nós precisamos trabalhar para impedir que os adolescentes hoje, nos bairros mais periféricos de Palhoça, entrem no crime, mas a partir do momento em que os adolescentes tornam-se bandidos, eles têm, sim, que sofrer o rigor da lei.

Quero dizer que me assustei, deputado Renato, quando percorri alguns bairros do município de Palhoça, de peito aberto, conversando, pelo número de jovens que encontrei com uma arma na cintura, por cima da calça. É algo assustador! A gente só vai conseguir reverter essa situação com mais investimentos, e historicamente Palhoça tem sido discriminada nos investimentos em segurança pública, e isso tem que acabar. Se vierem mais policiais eles têm que prioritariamente vir para cá, pelo menos para equilibrar o jogo com as demais cidades da região.

Quero agradecer a presença de todos, parabenizar mais uma vez o deputado Renato Hinnig, o coronel Eliésio e o doutor Mauricio Eskudlark pelo trabalho que vêm realizando.

Doutor Mauricio, sabemos que o trabalho é bem feito, mas o nosso papel na Assembléia é cobrar para que Palhoça consiga reverter o jogo e passar a ter pelo menos um tratamento igualitário aos demais municípios da Grande Florianópolis.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Só para ilustrar esses dados que foram apresentados sobre o crescimento da população desta região, o IBGE apresentou um dado há pouco tempo que mostra que a região da Grande Florianópolis, nos últimos nove anos, recebeu setenta mil pessoas, enquanto o extremo oeste de Santa Catarina, por exemplo, perdeu quinze mil habitantes.

Então, essa problemática que vocês estão levantando aqui é crucial. A política de investimento tem que ser em todas as regiões do Estado para manter as pessoas, porque não há possibilidade de se sustentar uma política pública quando há um crescimento exagerado da população.

Vocês têm todo o direito de exigir a presença do Estado aqui, de lutar pela questão da segurança pública e chamar a Assembléia Legislativa para discutir com vocês. Nada mais justo do que esse trabalho de vocês: exigir do Estado a presença da política pública.

Outra questão que foi levantada aqui é que Santa Catarina está fora do Pronasci, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. O Estado de Santa Catarina está fora das onze regiões prioritárias, neste primeiro momento, pelos seus dados. Agora, nós podemos aproveitar muita coisa. Tem mais de R\$ 2 bilhões de recursos que têm que ser buscados, já conversamos isso com a Secretaria e tem vários programas, principalmente programas sociais, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública que, com certeza, vão cair muito bem aqui em Santa Catarina, tanto na área de presídios como na área de educação e qualificação dos nossos policiais.

Na quinta-feira estive no Ministério da Justiça, em Brasília, discutindo que Santa Catarina poderia aproveitar muito os recursos do Pronasci para a capacitação dos seus policiais, envolver a comunidade, os conselhos de segurança nos bairros da cidade. Então, temos que aproveitar este momento.

Com a palavra o Vereador João Carlos Amândio, representando o prefeito de Palhoça, senhor Ronério Heiderscheidt.

O SR. VEREADOR JOÃO CARLOS AMÂNDIO (Palhoça/SC)

- Meus cumprimentos às senhoras, aos senhores, ao nosso presidente da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, deputado Dirceu Dresch; ao deputado Renato Hinnig, proponente desta sessão; à CDL, que vem batalhando para a melhoria da segurança no nosso município; ao presidente da Câmara e aos demais vereadores aqui presentes; aos Consegs, na pessoa do senhor Ireño, hoje representando o nosso presidente, o Josué, que está viajando; a todos os integrantes do Conseg da Ponte de Imaruim; ao amigo Gonzaga e a todos os integrantes do Conseg do Jardim Eldorado; o nosso coronel Silvio, pelo grande trabalho que vem fazendo com a sua corporação da polícia Militar no município de Palhoça; o nosso grande amigo delegado Wilter e a todos os integrantes da Polícia Civil; a todos os professores e alunos, principalmente os do nosso Colégio Governador Ivo Silveira; ao nosso pessoal da terceira idade; ao nosso pessoal da imprensa e a todos vocês.

Apesar de hoje estar aqui representando o prefeito, quero deixar uma coisa bem clara: não sei se a minha opinião é igual ou se diverge da opinião do nosso prefeito Ronério Heiderscheidt, mas que o nosso município está sendo discriminado em termos de segurança pelo governo do Estado de Santa Catarina isso eu tenho certeza. E eu tenho provas para falar isso aqui nesta mesa. Há muito tempo estamos esperando que seja implantado o Batalhão da Polícia Militar em nosso município e até agora nada. O que temos é promessa! Há mais de oito anos, vamos dizer assim, estamos sendo enrolados pelo governo do Estado; há muito tempo estamos esperando e até hoje o Batalhão tão sonhado pela nossa comunidade não foi implantado.

Vocês querem saber? Viriam para o nosso município quarenta policiais - isso foi uma promessa do governo do Estado! - mas vieram somente 23, e ninguém sabe por que.

Respeito a posição da nossa Polícia Militar e do nosso delegado da Polícia Civil, mas a realidade da Palhoça é totalmente diferente, e vocês sabem por que. Porque hoje existe, sim, segurança no município de Florianópolis; existe, sim, uma segurança muito forte no município de São José. Agora, se não fossem os nossos baluartes, principalmente a nossa Polícia Militar, o nosso GRT, que trabalha dia-a-dia para a nossa comunidade, e a nossa Polícia Civil, não sei o que seria da nossa população.

Não concordo, de forma nenhuma, que digam que Palhoça hoje tem um contingente policial em condições de realmente dar segurança aos nossos munícipes, porque eu moro numa comunidade que, no mínimo, foi roubada, assaltada cinco ou seis vezes. O nosso povo vive sem segurança no município de Palhoça. Porque tendo segurança em São José, tendo segurança em Florianópolis, essas pessoas de fora o que fazem? Vêm para Palhoça, porque os bolsões de pobreza, se for feito um levantamento, estão aqui!

Eu gostaria, com todo o respeito, que as nossas autoridades, principalmente militar, viessem aqui com uma proposta de fazer tudo o que estão fazendo em Florianópolis, nos morros, nas comunidades carentes. Infelizmente não estão fazendo isso. Está sendo feito um bom serviço, mas digo mais uma vez: principalmente as *blitze* que hoje estão sendo feitas no município, se estão amenizando, não vão resolver de forma nenhuma!

Então eu gostaria, neste momento, que tivéssemos uma proposta realmente digna para o povo palhocense, e tenho certeza de que a comunidade presente vai sair daqui com uma proposta. Nós precisamos levar ao conhecimento do governador a situação do município de Palhoça, porque é uma situação crítica em termos de segurança para o nosso povo. Eu, como cidadão palhocense e como vereador tenho um compromisso com a comunidade e com a Câmara de Vereadores.

Então, senhor presidente, tenho certeza de que o senhor vai acatar o que a comunidade vai falar. Mais uma vez eu digo: talvez essa não seja a posição do nosso prefeito Ronério Heiderscheidt, mas a minha posição como vereador, representante da comunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedo a palavra ao vereador Nirdo Artur Luz, presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça.

O SR. VEREADOR NIRDO ARTUR LUZ (Palhoça/SC) - Boa-noite a todos.

Cumprimentando os nossos três deputados da Assembléia Legislativa, deputado Dresch, deputado Cesar Souza Junior e deputado Renato, e as demais autoridades da mesa.

Meus senhores e minhas senhoras, como vereador e presidente do Poder Legislativo municipal endosso as palavras do representante do prefeito, o vereador João Carlos Amândio.

Meus caros amigos da Assembléia Legislativa presentes a esta audiência pública, parabemizo-os.

Tenho certeza, lideranças palhocenses, que depois desta audiência pública com essas autoridades presentes vamos ter, sim, alguma coisa concreta para o nosso município.

Meu caro amigo comandante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, palhocense nato, que também tem uma casa na praia do Sonho, a Câmara de Palhoça fez a moção não para ser endereçada ao comandante da Polícia Militar mas, sim, ao governador do Estado de Santa Catarina, porque aqui foram feitas promessas que não foram cumpridas. Por isso, senhor comandante, essa moção de repúdio foi assinada por todos os senhores vereadores, inclusive pelos da bancada do PMDB, e chegou às mãos do governador porque ele está ciente que aqui houve um compromisso que não foi cumprido.

Gostaria também de dizer que Palhoça, com 360 km, e São José, com 115 km... Vocês viram os números, não preciso citar! É um desrespeito com o município de Palhoça! Não é por falta de liderança do município que Palhoça está nessa situação de calamidade pública em termos de segurança pública. Como falou o vereador Bala, pode fazer um levantamento em toda a Ponte do Imaruim e no Jardim Eldorado para ver qual comércio ainda não foi assaltado! Onde está aqui um compromisso assumido pelo governo do Estado de instalar o batalhão no município de Palhoça? Mas não conseguimos.

Então, gostaria de fazer um apelo aqui ao comandante-geral da Polícia Militar e aos nossos deputados que se fazem presentes nesta audiência pública: para que soldado da Polícia Militar na Procuradoria-Geral do Estado? Para que soldado na Assembléia Legislativa no Estado de Santa Catarina? Para que soldado no Tribunal de Justiça? Para que soldado na Câmara Municipal de Florianópolis? Para que soldado na casa do governador? Para que soldado no Palácio do Governo? Será que não dá para distribuir um pouco esses soldados e dar mais segurança ao município de Palhoça? Essa é a sugestão que dou à Assembléia Legislativa nesta audiência pública, para amenizar paliativamente o nosso município, o sofrimento dos palhocenses que é grande.

Pela primeira vez, como vereador no município de Palhoça há 32 anos, eu nunca vi uma audiência pública com tanto cidadão palhocense, com tantas autoridades compondo esta mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, vereador.

Mais alguém da mesa? (*Pausa.*)

Vamos abrir para as questões da plenária. Aqui, pessoal, precisamos fazer um acordo com as pessoas que vão falar. Temos quinze inscritos, e vamos dar dois ou três minutos, no máximo, para dar oportunidade a todos falarem. Temos que ser breve para que todos possam expressar sua questão e fazer as perguntas para os membros da mesa.

A proposta é que todos façam a sua questão, as lideranças aqui na mesa anotam e respondam em bloco, e as demais autoridades da mesa falam no final. É possível? (*Pausa.*)

O primeiro inscrito é o senhor Marcelo do Nascimento, da Ponte do Imaruim, Palhoça.

O SR. MARCELO DO NASCIMENTO - Boa-noite. Quero cumprimentar a todos.

A minha pergunta é na base das estatísticas que o deputado apresentou e do que foi falado pelo representante do secretário de Segurança Pública. Tem um programa nos Estados que era para vir para Santa Catarina, e não veio porque o nosso índice é somente de 7 homicídios para cada 100 mil habitantes, e em outros Estados o número de homicídios é de 17 homicídios, até 22 homicídios, para cada 100 mil habitantes.

O deputado Hinnig apresentou que só no ano passado - e Palhoça tem 128 mil habitantes - foi calculado em mais ou menos 100 mil habitantes para Palhoça e houve 24 homicídios. Então, Palhoça está mais ou menos na média do cenário nacional. Acho que seria até uma calamidade pública, já que estamos neste índice acima do nacional que é de 24 homicídios. Só este ano, que ainda não terminou, estamos com 19 homicídios.

Eu só queria saber o que o pessoal da mesa acha sobre esse dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Concedo a palavra à próxima inscrita, a senhora Margarete J. da Rosa Rocha, do Conselho Tutelar, por dois minutos.

A SRA. MARGARETE J. DA ROSA ROCHA - Boa-noite, presidente. Quero cumprimentar todos.

Sou conselheira tutelar aqui em Palhoça e estou na segunda gestão.

Quero pontuar algumas coisas com as quais concordo plenamente e que o coronel colocou aqui. Quando a gente fala em segurança o primeiro passo tem que existir (não estou desvirtuando): não é simplesmente o físico, não é o pessoal, é trabalhar em rede, e nela tem que constar educação, saúde, assistência social e todas as políticas de atendimento dentro do município, do Estado ou do País. (*Palmas.*)

Quando a gente fala em segurança, a gente precisa entender que, dentro do município de Palhoça... eu nasci aqui, amo esta terra, sou apaixonada por isto aqui, luto cada dia por isto aqui, e eu não desisto! Quando olho aquele menino que está lá na delegacia, a gente vai ter que buscar aquele menino e vai mandar para aonde, sem uma política de atendimento?! Vai botar um drogadito onde? Jogar dentro de uma cadeia e deixar lá? Para quê? Se deixá-lo no São Lucas até os 18 anos, depois vão fazer o que com ele? Ele começa a roubar! Temos que ser práticos, e a praticidade do negócio é trabalhar em rede.

Deputado, eu vou insistir nisto: a Assembléia Legislativa, o Executivo e o Judiciário têm que trabalhar como parceiros. Quando a gente vê o problema da sociedade dentro de Palhoça, a gente já está definindo, porque não sabemos aonde vamos colocar adolescentes. Estamos com 70% do atendimento de adolescentes dentro da delegacia. Eu estou jogando por baixo, depois o doutor Wilter pode colocar melhor. Destes 70%, a gente não sabe aonde vai colocar esses adolescentes. Vai mandar para aonde? Sabem qual é o nível de escolaridade deles? Nenhum! O máximo é até a 4ª série. E ele vai ser o que na vida? E esses meninos estão crescendo, estão gerando filhos, e o problema vai continuar. O que estou querendo dizer para vocês é um negócio prático. Então o que a gente precisa fazer? Trabalhar em rede!

Dentro do município de Palhoça temos defasagem de creche: 10 mil vagas. Isso eu digo como conselheira tutelar e aponto cada canto. (Palmas.) Temos deficiência dentro do município de Palhoça com escola. Vocês vão ver no início do ano que vem, senhores deputados; eu mostro para vocês o município de Palhoça todinho e aponto para os senhores onde está faltando escola.

O município não consegue arcar sozinho, tem que ter parceria do Estado, através da Secretaria da Educação. Vocês podem mandar mais de mil homens porque não vai conter a situação dentro do município.

As nossas viaturas, fui testemunha, já trabalhei com a Polícia Militar... esses homens são brilhosos, eles nos dão segurança, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar, e muitas vezes, senhores, tivemos até que empurrar a viatura.

Então: saúde, educação, assistência social e segurança pública não podem ser diferentes!

Eu tinha muito mais coisas para falar aos senhores, mas infelizmente o meu tempo já acabou. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Margarete.

Com a palavra o senhor Luiz Gonzaga Coelho, presidente do Conseg-C7.

O SR. LUIZ GONZAGA COELHO - Boa-noite a todos. Gostaria de parabenizar pela campanha que está sendo feita, divulgado em nível estadual, os Conselhos Comunitários de Segurança. Isso, para quem está trabalhando voluntariamente nos Conselhos Comunitários, teve um ganho fantástico. Conseguimos alcançar à comunidade de forma muito ampla e direta.

Gostaria de deixar registrado para que essa campanha não termine, e que possam surgir outras campanhas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Com a palavra a senhora Gênesi Duarte, presidente da Associação do distrito de Enseada do Brito e vice-presidente do Conselho Comunitário de Enseada do Brito.

A SRA. GÊNESI DUARTE - Boa-noite a todos. Para ser mais rápida, porque acho que tanto eu como a nossa comunidade está querendo esclarecimento, a primeira pergunta é por que há diferença nestes índices de São José e Palhoça? Por que existe isso? Quem vai nos explicar a diferença de tanta insegurança na Palhoça, o que não acontece em São José?

Segundo, concordo com a Margarete, com tudo que ela falou, mas também coloco profissionalização. Se não tiver geração de renda, não vai adiantar! Nós temos que profissionalizar os adolescentes! Nós precisamos ter escolas de profissionalização, porque senão não vai adiantar. Vai ter tudo isto, vai ter bastante PM na rua, vai ter toda a guarda, mas, se nós não tivermos geração de renda, não vai adiantar. Não vai adiantar mesmo!

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Gênesi.

O próximo inscrito é o senhor Cláudio Hoeller de Souza, comerciante.

O SR. CLÁUDIO HOELLER DE SOUZA - Boa-noite a todos. Eu represento a Associação de Moradores do Parque Residencial Probst - nós tivemos a iniciativa frustrada de tentar montar o Conseg. Também represento a Associação Comercial, a Acip, e uma das nossas preocupações, que temos visto, é que todos nós estamos falando de problema e não estamos falando de solução bem pontual: recursos para isso. Todos falam, mas não tem recurso.

Uma das preocupações que nós gostaríamos de entender é para aonde vão os recursos das autuações feitas no trânsito de Palhoça. Nós só vemos o trânsito caótico, cada vez pior, e o comércio está perdendo muito com isso. Nós temos visto e falado bastante sobre isso, e não sabemos onde estão sendo aplicados os recursos oriundos dessas autuações, dessas multas aqui de Palhoça.

Era isso que tínhamos para falar. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Cláudio.

O próximo inscrito é o senhor José Édio Veríssimo, microempresário.

O SR. JOSÉ ÉDIO VERÍSSIMO - Boa-noite. Em Palhoça, a Polícia Militar faz um trabalho muito bom, mas na periferia. No centro da cidade, logo depois que acabam as aulas nos colégios, você não vê nenhum policial na rua. Nenhum! Pode ficar aqui duas ou três horas na praça que você não vê um policial. Mas durante o dia está cheio, principalmente com bloquinho de notificação de trânsito para faturar.

Outro comentário é sobre o alto custo do policial militar, ou do alto custo do policial civil. A maioria, ou muitos deles, depois vão para os gabinetes nos serviços burocráticos. Será que lá na academia eles aprendem serviço burocrático? Porque um funcionário, sem ser policial, não precisa de tanto custo, pois o aluno policial já começa ganhando, já começa faturando, e depois ele vai para os escritórios ser secretário, fugindo das suas verdadeiras funções. Por que isso? Será que é administrativo, essas chances que esses policiais ganham? Por que não colocam civil para fazer o serviço burocrático? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado.

Com a palavra o senhor Eduardo Wiethorn, auxiliar de Justiça.

O SR. EDUARDO WIETHORN - Boa-noite a todos. Estou representando o Clube 7 de Setembro e também o Guarani Futebol Clube, time do coração do comandante.

Eu não gostaria de fazer uma pergunta, e sim de fazer um alerta aos deputados presentes, ao representante do secretário de Segurança, que é a seguinte: Santa Catarina está fora do plano de Segurança Pública do governo federal. Acho que isso não é motivo para o governo estadual se furta a sua responsabilidade. O governo estadual recolhe impostos; Santa Catarina é um Estado pujante, um Estado que tem dinheiro.

Eu acredito que o governo estadual deve comparecer com a sua parte e mostrar ao governo federal que é capaz de resolver a situação, e não esperar que os nossos índices de segurança cheguem a ser índices nordestinos, ou o índice do Espírito Santo, que é um dos Estados mais violentos do País, para daí então esperar dinheiro do governo federal.

Então, penso que os deputados devem pressionar o governo estadual para cumprir a sua parte e para destinar a verba que recebe dos trabalhadores, dos empresários para a segurança pública.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Obrigado, Eduardo.

Eu quero aproveitar este momento para te agradecer a cessão do clube para podermos realizar esta audiência pública. Muito obrigado.

O próximo inscrito é o senhor Nilton Teodoro Martins, da Enseada do Brito.

O SR. NILTON TEODORO MARTINS - Dou boa-noite a todos através do meu amigo coronel Eliésio, filho do saudoso sargento Nica, meu xará. Sou diretor de Patrimônio aqui do Clube Sete de Setembro e faço parte do Conselho Comunitário de Enseada do Brito, onde convivo.

Eu estou vendo cobranças, mas acho que cada um tem que dar a sua parcela de contribuição. E eu vou mandar aqui... Sei que meu amigo vereador Bala não é garoto de recado, mas como ele está representando o prefeito...

Nós temos aqui no centro de Palhoça três pontos críticos de escola de maconha: um pertence à Prefeitura de Palhoça, que é o parque ecológico, segundo o Poder Municipal. Ali foi feito para uma coisa e hoje está sendo um antro de maconheiros, dia e noite. Eles vão pra lá "fazer a cabeça" e depois saem Deus sabe fazendo o quê. Outro ponto crítico é aqui onde funcionava a danceteria Pirâmide. Outro dia até foi tocado fogo ali porque a mendicagem está muito grande. O terceiro ponto é atrás da ex-Pirâmide, onde funcionava a pizzaria Yellows. Só nesses dois lugares tem mais de cinquenta elementos acampados - de dia não os vemos, porque eles ficam dormindo o dia todo para de noite sair fazendo as vagabundagens.

Isso é de responsabilidade do Poder Público municipal. Espero que o meu amigo vereador Bala leve isso ao Executivo.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - A próxima inscrita é a senhora Shalma Teixeira, empresária no ramo do turismo na Pinheira/Praia de Cima.

A SRA. SHALMA S. TEIXEIRA - Boa-noite. De maneira bastante objetiva, eu gostaria de levar desta audiência - não só eu, como toda a comunidade da Pinheira, do sul do município - alguma proposta concreta, porque promessas nós já temos muitas.

Mas, efetivamente, o que a Margarete colocou e o que esse senhor acabou de falar são coisas que realmente já poderiam ter sido implementadas pelo município, sem precisar de governo do Estado. Porém, as coisas não andam.

Por favor, eu gostaria que fizessem alguma coisa pela Pinheira, porque chega o verão e a gente triplica o número de pessoas. Os argentinos, quando vêm (eu tenho uma pousada lá, estou falando daquilo que conheço), chegam ao absurdo de retirar as placas dos carros, com medo, porque dizem que isso chama violência. Isso já acontece em Canasvieiras e no sul da Ilha, e não podemos deixar acontecer isso na nossa Pinheira. E o fato de não termos ali, durante o ano todo, uma delegacia, também complica muito.

Então, por favor, eu gostaria que nos dessem resposta positiva e pontual com relação a isso.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Muito obrigado.

Coronel Eliésio, por favor.

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - A senhora falou que tem uma pousada, certo?

A SRA. SHALMA S. TEIXEIRA - Sim.

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Eu quero concitar a senhora e as imobiliárias: ao locar, verifiquem para quem estão locando. (Palmas.)

A SRA. SHALMA S. TEIXEIRA - Olha, senhor...

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Só um pouquinho, minha senhora, por favor. A senhora falou e eu ouvi.

Quando lá vai o Eliésio Rodrigues solicitar um apartamento ou uma casa, a Polícia Militar e a Polícia Civil podem verificar para quem a senhora está locando, porque vem gente boa, mas no meio delas vem o baderneiro. Isso é a parceria!

Quando falei que devemos estar unidos para resolver todos os problemas, isso esse faz parte do problema. E a senhora pode ajudar, como as outras entidades locatárias das praias da Pinheira e do Sonho.

A SRA. SHALMA S. TEIXEIRA - Eu até quero lhe agradecer por tocar nesse assunto, porque isso é uma coisa que cobro da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, pois não há fiscalização nos comércios. A maioria dos comércios da Pinheira está funcionando na informalidade, sem alvarás, sem nenhum tipo de fiscalização. E nós, que pagamos os nossos impostos, que temos os nossos cadastros, que verificamos, que trazemos família, para termos um turismo de qualidade, nós somos prejudicados por esses informais que a Prefeitura concede trabalhar inclusive sem alvará. Este ponto que o senhor tocou realmente cabe à municipalidade: fiscalizar o seu próprio comércio. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - A próxima inscrita é a senhora Ana Odete Carneiro Nobre.

A SRA. ANA ODETE CARNEIRO NOBRE - Boa-noite a todos os senhores e senhoras. Eu gostaria de dizer que se fala em marginal, em bandido, em ladrão, mas na minha opinião os políticos da Palhoça precisam respeitar a sociedade, porque se não partir dos políticos o respeito pela sociedade, como a sociedade vai respeitar os políticos e vai viver feliz? Não tem jeito, né?

Então, eu gostaria de dizer a todos os senhores que em 2002, como militante do Partido dos Trabalhadores, eu apanhei e que em 2003 apanhei na Câmara dos Vereadores. Hoje, a sociedade vai à Câmara dos Vereadores de Palhoça e lá eles chamam a polícia contra a sociedade, não nos dão direito à fala, não respeitam a sociedade! Eu estou indignada, furiosa porque não me respeitam! Estão dizendo que a qualquer momento eu vou ser morta! Mas eu não vou, de jeito nenhum, abrir mão porque tenho coragem para lutar. Não admito que isso aconteça!

O comandante tem conhecimento, a Justiça tem conhecimento, o presidente Lula tem conhecimento, o ministro da Justiça tem conhecimento, e eu não vou parar por aí! Onde eu estiver, e se estiverem dizendo que vão me matar, que vão acabar com a minha vida para calar a minha vida, eu não me calo, porque eu estou lutando por uma Palhoça decente, por uma Palhoça de qualidade. Nós merecemos viver bem, sim, e com dignidade e respeito, porque se não for dessa forma não vale a pena viver em Palhoça!

Sou moradora há 35 anos e estou passando por situações desagradabilíssimas: ameaçada de morte, pessoas querendo me bater em praça pública a mando de outras pessoas que estão aprontando dentro do município e ainda são privilegiadas. Não suporto mais essa situação. Peço às autoridades que me ajudem! É um momento de desespero. Eu não vou ser morta por calhorda nenhum! Eu quero viver neste município em paz. Me ajudem!

Os senhores são testemunhas em dizerem que não demora muito! A minha casa já foi arrombada no dia 7, no dia 8 foi a casa de mais uma petista e no dia 9 a casa da mãe do Ivon foi arrombada.

Por que nós merecemos passar por isso? É uma vergonha! Ninguém merece essa situação! Eu estou desesperada e não vou morrer num estado desesperador como esse! Ninguém vai tirar de mim o direito que eu tenho de viver dentro do município.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - O próximo inscrito é o José Carlos Sanchez, da Rádio Capital.

O SR. JOSÉ CARLOS SANCHEZ - Boa-noite, deputado Dirceu. Cumprimentando o senhor saúdo toda a mesa. Boa-noite a todos os presentes aqui.

Triste eu fiquei quando aqui cheguei e vi lotada estava sessão. Depois de vários discursos, na minha opinião, alguns válidos e outros, infelizmente, perderam-se ao vento.

Eu vejo que Palhoça tem jeito, se os políticos fizerem as suas partes, se conseguirem unir o social, porque até agora eu não ouvi falar em segurança aqui. Até agora, coronel, eu vi o senhor discursar, com o maior prazer, e eu sei que o senhor é uma pessoa capacitadíssima - aqui presente tem dois tenentes-coronéis.

O que nós vemos aqui, infelizmente, é a falta de autoridade, é a falta de competência de nossos políticos. Se deixarem a Polícia Militar e a Polícia Civil agirem, elas vão fazer segurança. (Palmas.) Eu tenho certeza disso. Aqui nós temos pessoas capacitadas para poderem falar um pouco melhor do que eu. Temos aqui o coronel Noronha, que é representante do Exército brasileiro e temos segmentos da sociedade que vive caoticamente em nosso município cercada por incompetência, por bandidos, por marginais criados por nós.

Eu vivo no Jardim Eldorado, bairro discriminado, mas eu vejo um bairro muito bom, porque quem vive ali sabe, conhece os marginais. Pedra Branca é um bairro que está sendo falado em prosas nos Estados Unidos, na Europa. Palhoça é lembrada pelo nosso Guarani no Brasil inteiro (2004, 2005).

Infelizmente, hoje, eu gostaria de falar um pouco de segurança, porque comparar Palhoça com São José é fácil. Eu gostaria de perguntar ao representante do secretário de Segurança Pública aqui por que Tubarão, que tem 80 mil habitantes, é muito mais populoso em policiamentos militar e civil do que Palhoça que tem 128 mil? Porque Palhoça e São José estão juntos! São 280 mil, 250 mil habitantes, e 120 mil em Palhoça. Eu quero saber dos municípios que estão pertinho da gente com 80 mil pessoas apenas! O efetivo é bem maior que o nosso, bem maior que o de São José! Eu gostaria de saber por que essa radicação da polícia, ou melhor, das autoridades, tanto do Legislativo como do Executivo, da Assembléia Legislativa, deputado Renato Hinnig.

Aqui na mesa nós temos presentes quem faz parte de Palhoça: o senhor presidente da Câmara, o vereador Nirton; o vereador João Carlos Amândio; e o presidente da CDL. Hoje eles são moradores de Palhoça e podem dizer como Palhoça está realmente. Está certo?

Eu gostaria de deixar outra pergunta ao representante do secretário de Segurança Pública. Por que nós vamos ter que esperar até o ano que vem pela segurança, se é hoje que estamos vivendo o momento, se é hoje que estamos morrendo e sendo assaltados. Por que só o ano que vem? Essa pergunta eu faço diretamente ao senhor representante do secretário de Segurança Pública.

Muito obrigado e boa-noite a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - A próxima inscrita é a senhora Anegrit Doege.

A SRA. ANEGRIT DOEGE - Boa-noite aos componentes da mesa e a todos os presentes. Eu gostaria, em especial, de cumprimentar o coronel Eliésio pelo excelente trabalho que está fazendo à frente da Polícia.

Além de representante do Conseg e moradora do Jardim Eldorado, fui secretária do Guarani, e, dentro dos eventos que acontecem no município, a gente paga um percentual, uma taxa bastante elevada para todos esses eventos, e essa taxa é direcionada ao comando central, não é? A minha pergunta é simples: disso, algo volta ao município? Por que não volta? Se alguma coisa disso volta para o município, não poderia ser investida em melhorias para o próprio policiamento?

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Volta para o município em equipamentos, manutenção das viaturas, manutenção do quartel, armamento, munição. Retorna para o município. Um percentual dessas taxas de segurança (Lei 7.541) de todo o Estado de Santa Catarina vai para o Fundo, existe um percentual distribuído para isso, e a Polícia Militar recebe 33%.

Então, retorna para todos os municípios de Santa Catarina. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - O próximo inscrito é o senhor Valdir José Tomazzi, a quem concedemos a palavra.

O SR. VALDIR JOSÉ TOMAZZI - Boa-noite a todos.

A minha pergunta é bem simples e bem objetiva. Palhoça tem uma favela chamada Frei Damião, que tem aproximadamente 1.200 moradias, se a gente puder dizer assim, aproximadamente 5 mil moradores e o maior índice de ocorrências policiais e homicídios do município.

Faço uma pergunta geral para as autoridades aqui presentes: quais os programas que estão sendo montados para intervenção social, econômica e de segurança na favela Frei Damião?

Outra coisa: a gente já sabe que está em andamento a transformação desse comando num batalhão da Polícia Militar na Palhoça e a criação de uma companhia no Jardim Eldorado, cujo projeto já foi entregue para o comandante da Polícia Militar local e, parece-me, encaminhado a Brasília por alguma autoridade.

O trabalho tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar é elogiável, mas existem situações pontuais que devem ser atacadas. O nosso comandante aqui, aposentado do Exército brasileiro, tinha uma sugestão para fazer, e eu vou usar a idéia dele para passar para a comunidade de Palhoça: criar uma guarda urbana, metropolitana, para, assim, liberar mais a Polícia Militar aos trabalhos a ela destinados.

Era isso, e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - O próximo inscrito é o vereador Alberto Prim, a quem concedemos a palavra.

O SR. VEREADOR ALBERTO PRIM (Palhoça/SC) - Meu boa-noite a todos, e serei bem objetivo.

No âmbito da Câmara de Vereadores foi criado um Fórum Permanente de Segurança Pública, do qual sou coordenador, e a gente já vem trabalhando desde março nesse Fórum, já foram feitas várias reuniões. Estou no segundo mandato, e venho levantando essa questão de segurança pública há muito tempo. Muita coisa já se ouviu, e claro que é unanimidade a parte social, sabemos disso, mas eu vou falar sobre tudo que foi dito desde 2001 para cá, tanto pelos comandantes-gerais da Polícia Militar, pelos diretores da Polícia Civil, como pelos secretários de Estado da Segurança que já passaram, porque realmente foi muita enrolação, como já foi dito.

Hoje, do portal da Polícia Militar, tirei esse pequeno *release*: "Região de Itajaí prepara Operação Veraneio com reforço de 300 policiais". Agora, Palhoça, e já temos conhecimento disso, não receberá nenhum reforço para a Operação Veraneio.

Num outro *release*, que já foi falado pelo coronel Eliésio, diz que o governo do Estado assinou contrato para a aquisição de 280 novas viaturas, a serem entregues agora, no mês de novembro, segundo o portal da Polícia Militar de Santa Catarina. Diz, no final, que "trinta delas serão entregues à PM e Polícia Civil de Joinville".

A minha pergunta agora é: quantas viaturas serão entregues para o município de Palhoça, tendo em vista que, segundo o Portal da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, já foram destinadas trinta para Joinville, entre Polícia Militar e Polícia Civil?

O tempo é curto, e temos vários assuntos, como a questão do batalhão, que acho um engodo; a criação da Guarnição da Companhia Especial, que também é um grande engodo, assim como é um engodo o Batalhão da Polícia Militar, com todo o respeito, coronel Eliésio, porque conheço o seu trabalho. Pena que o senhor é avaiano, devia ser figueirense, mas ninguém é perfeito. E já disse ao comandante Edgar, também falei para o comandante Hernani, um guerreiro. A Polícia Militar é uma guerreira, é a melhor Polícia que temos no Brasil.

Essa questão da Polícia Civil, delegado Wilter, não vai sair, e quero fechar aqui com uma única frase: por que vai para Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis, Chapecó, Concórdia? Hoje tem cidades com menor número de habitantes nas quais há mais de cinco, seis anos já existe Batalhão da Polícia Militar comandado por tenente-coronel (que hoje deve ser coronel). Na região oeste deve ter de oito a dez cidades assim.

Concluo, deputado Renato Hinnig, deputado César Souza Júnior, que conheço muito bem, é da nossa região, com uma única frase: representatividade política. A representatividade política é que vai fazer essa grande diferença.

Um dia, numa audiência com o então secretário da Segurança João Henrique Blasi, na antiga Câmara de Vereadores, na qual também estava o comandante-geral da Polícia Militar, fiz uma pergunta a ele e pedi que respondesse "sim" ou "não". Eu perguntei: coronel, o seu efetivo, os homens que vão para os seus municípios, são escolhidos devido à necessidade ou é por força política? Ele disse: sim, é força política. Por isso que Palhoça tinha 40 e vieram 23, e assim vai seguindo.

Muito obrigado e desculpe-me por exceder o tempo, deputado Renato Hinnig. (Palmas.)

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Vereador Prim, ouvi-o com atenção, e lógico que ser avaiano e Guarani é o maior orgulho azul e branco.

Realmente você tem razão, inclusive já sai daqui duas vezes para resolver o problema da abertura de uma licitação de compra de viatura. São 270, 280, de acordo com o desconto do IPI da viatura. Agora, eu desconheço que vão trinta para Joinville. Se alguém colocou isso, o fez erroneamente, sem a minha autorização. Se for da Polícia Militar, para rua eu não posso [botar], mas posso fazer alguma coisa na parte disciplinar.

(O vereador Alberto Prim entrega um manuscrito ao coronel Eliésio Rodrigues.)

Ah, são informações publicadas por Rodrigo Costa. Eu desconheço.

O senhor falou dos batalhões na região oeste, e lá nós temos dois: em Chapecó e em Dionísio Cerqueira. Concordo, é uma guarnição especial. Em Herval do Oeste também é uma guarnição especial, em Lages é batalhão, em Curitiba é guarnição especial, em Caçador é batalhão, em Canoinhas é batalhão. Então, às vezes, não adianta a gente falar por ouvir dizer.

Eu concordo com o senhor, não fui eu que prometi vinte, quarenta, nem vou prometer, que não sou político. Eu não vou prometer que o batalhão da Palhoça vai sair semana que vem; agora, vou lutar para ele sair batalhão, sim. Essa é uma angústia, um desejo. Eu vejo que, antes de tudo, precisamos trabalhar, não importa o nome que se dê, se é batalhão ou companhia, pelotão ou grupo. Aqui é guarnição com circunscrição até Garopaba, e com Santo Amaro sendo também atingido por essa circunscrição, temos em torno de quatrocentos policiais militares. Então, dá para virar um batalhão, sim. Não vou prometer, mas vamos à luta.

A guarnição especial comemorou um ano, e acho que o senhor deveria estar alegre por essa comemoração. Até então era companhia, comandada por um capitão, e hoje quem a comanda é um tenente-coronel.

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Concedo a palavra ao senhor Lino David Weiss.

O SR. LINO DAVID WEISS - Boa-noite. Só quero fazer um questionamento, e vou fazer coro ao que disse o Cláudio, que não está mais aqui.

Depois que foi criada a Zona Verde para o estacionamento no centro da Palhoça, o número de multas deve ter aumentado muito, porque tem sempre um ou dois guardas lá aplicando multas aos veículos. Desconheço se essa verba é municipal ou é destinada à Polícia Militar, portanto, queria saber para onde vai essa verba.

Escutamos aqui que vai aumentar o número de viaturas, que vai vir contingente militar, civil, mas, positivamente falando, quero propor, se for possível constitucionalmente, um controle de migração, da entrada dessas pessoas no município. Eu sei que em outros municípios isso existe, e proponho que seja implantado também aqui no nosso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Concedo a palavra ao senhor Astrogildo Alves de Miranda Filho.

O SR. ASTROGILDO ALVES DE MIRANDA FILHO - Boa-noite a todos, e faço um cumprimento especial os integrantes da mesa, agradecendo ao deputado Renato Hinnig o convite para estar aqui.

O objetivo da minha fala é divulgar o trabalho que fazemos na Univali de São José para a formação de líderes comunitários. Esse trabalho já está sendo realizado há quatro anos, e este ano estamos formando uma turma, no dia 1º de dezembro. Vários alunos que são integrantes dos Conselhos Comunitários e dos Conselhos de Segurança têm aproveitado bastante a formação desses líderes comunitários.

Então, o nosso objetivo é fazer o convite a quem quiser participar no ano que vem desse trabalho de formação de líderes comunitários, capacitando-os para desempenhar suas atividades nas comunidades.

Esse trabalho é feito pela Univali, através de um programa de extensão universitária, com o objetivo de aproximar a comunidade da universidade. A certificação nessa formação corresponde a 80 horas, com encontros a cada quinze dias (em média, são dois encontros por mês). É um trabalho gratuito, ou, como dizem, "de grátis". Então, as pessoas podem se inscrever, e é importante que aqueles que fazem parte dos Conselhos de Segurança ou que querem entrar nesse Conselho façam esse curso, porque realmente dá muita instrumentalização.

Para terem uma idéia, já que estão na mesa vários integrantes da Polícia Militar, o major Giovanni de Paula há três anos participa do nosso trabalho, bem como o promotor Jadel, outro palestrante que também trabalha nessa formação, entre outros professores universitários, pós-graduados. Um excelente grupo de palestrantes faz parte dessa atividade, e todos comparecem graciosamente. É um trabalho exatamente de formação da cidadania.

Quería, portanto, deixar aqui o convite para quem quiser participar. A partir do final de fevereiro do ano que vem, ou início de março, vão estar abertas as inscrições na unidade da Univali no bairro Kobrasol, na rua Ademir da Silva.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Temos mais três inscritos, aos quais peço que sejam breves. Já são 21h35min, e o deputado Dirceu e o coronel Eliésio têm compromisso.

Concedo a palavra ao professor Jair Francisco Lusa.

O SR. JAIR FRANCISCO LUSA - Boa-noite, deputado Renato Hinnig, deputado Dirceu Dresch, deputado Cesar Souza Júnior e demais componentes da mesa.

Como integrante da educação, estou até deslocado aqui, porque a audiência é sobre segurança pública e não sobre educação. Como professor da rede pública estadual de Palhoça, gostaria de deixar aqui não uma reivindicação, não uma reclamação, mas uma sugestão: que esta Comissão levasse ao governo do Estado que a solução para a segurança passa pela escola, com escola pública de qualidade, equipada, com cursos profissionalizantes, como já foi dito aqui hoje, com a Polícia fazendo o papel da Proerd. Como o coronel Eliésio falou, a Proerd é um excelente programa parceiro das escolas, e vejo o trabalho que eles fazem, por isso dou meus parabéns a eles. A solução, portanto, é essa: escola de qualidade.

E deixo um recado para o deputado Cesar Souza: gostaria que o senhor se preocupasse em destinar verbas para a educação, e não para a cadeia.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, senhor Tomaz Silveira dos Santos.

O SR. TOMAZ SILVEIRA DOS SANTOS - Boa-noite a todos e a todas. Sou professor da rede pública e atualmente exerço a função de diretor da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, localizada em Palhoça.

É muito importante que se crie uma cultura de participação em nosso município. De uma maneira tímida, estamos começando esse trabalho, por isso agradecemos a todos.

Já ouvi vários discursos, principalmente de parte das autoridades que defendem o Poder Público, e muitas vezes se misturou o público com o eu privado. Para a gente diferenciar um do outro, um exemplo típico é o do apresentador Luciano Huck: quando foi assaltado em São Paulo, foi o privado dele que falou muito forte, e não o homem conhecido publicamente em todo o Brasil.

Então, quando falta segurança para um de nossos filhos ou familiares, o privado fala forte, o particular fala forte, e gostaria que nenhum de nós fosse assaltado para então dar o valor ao ser humano.

Sobre os dados oficiais que várias autoridades defenderam, pegamos o exemplo de acidentes de trânsito no Brasil: Minas Gerais está em primeiro lugar, Santa Catarina, em segundo. E há trinta anos reivindicamos o término da 282!

Senhores, se não lutarmos hoje, a calamidade na segurança pública em nosso município e em Santa Catarina daqui a trinta anos será igual a essas estatísticas de trânsito.

(O coronel Eliésio Rodrigues manifesta-se fora do microfone: "Parabéns para o senhor, o trânsito está matando muito mais e ninguém está preocupado.") (Palmas.)

Gostaria que os senhores saíssem do discurso e viessem para a realidade do nosso município, Palhoça, que tem um policial para 600 habitantes, quando pela ONU deveria ser um para 250. Então, senhores, precisamos sair do discurso para a realidade, e com ações de curto prazo, não para ações de médio ou longo prazo.

Como diretor de escola pública, deixo aqui uma solicitação de Palhoça ao coronel: que todo coronel, quando assumisse o comando, convidasse os diretores de escola, os representantes e adolescentes do município para uma conversa, uma troca de idéias. Enviei essa solicitação ao Poder Público, ao Ministério Público, ao promotor de Justiça da Infância e da Juventude, ao coronel, mas não responderam ao ofício. Então, é desagradável; e temos dois mil adolescentes em mãos. E se como eu público, não eu privado, mando uma correspondência e não recebo retorno, que dirá o cidadão que mora na periferia!

Senhores, vamos partir para a ação! Vamos sair do discurso e ir para a realidade do nosso município!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Com a palavra o senhor Isnardo Luís Brant, do município de Palhoça.

O SR. VEREADOR ISNARDO LUÍS BRANT (Palhoça/SC) - Boa-noite a todos.

Gostaria de fazer uma colocação sobre a vinda do efetivo ao município. Se não fosse feito um pelotão especial, através do Conseg C-7, que hoje banca todas as despesas de aluguel, luz, água, não viria nenhum policial para a Palhoça, porque não tem aquartelamento. Não há condições de aquartelar hoje mais policiais em Palhoça.

Então, gostaria de solicitar aos deputados que no Orçamento de 2008 colocassem também a necessidade da construção de um novo batalhão, de um novo aquartelamento aqui no município de Palhoça.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig) - Encerrada as manifestações, passamos a palavra às autoridades da mesa para responderem, em bloco, às questões colocadas.

Com a palavra o senhor Paulo Roberto Dias Neves, diretor-geral da Secretaria de Segurança Pública, neste ato representando o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet.

O SR. PAULO ROBERTO DIAS NEVES - Em primeiro lugar, vou responder ao Marcelo, que foi o primeiro a se manifestar.

Marcelo, a tua pergunta foi em relação aos índices nacionais e que Palhoça não estaria tão bem situada. Realmente, em Santa Catarina há 7,1 homicídios para cada 100 mil habitantes, e um dos grandes focos desse problema é Palhoça, juntamente com São José e Florianópolis.

Então, nós trabalhamos Palhoça dentro da Grande Florianópolis. As diretorias, tanto da Polícia Civil como da Militar, tratam a Grande Florianópolis incluindo Palhoça. Esses três municípios elevam significativamente o índice de mortes por 100 mil habitantes, por isso eles são a nossa preocupação.

Então, Marcelo, estamos preocupados com os índices de criminalidade em Florianópolis, Palhoça e São José. Há que se reconhecer (e alguns de vocês se manifestaram nesse sentido) que Palhoça prescinde de um maior efetivo, de maior atenção - e estamos trabalhando para recuperar isso - em relação aos municípios de Florianópolis e São José.

Sobre a manifestação da Margarete, quero parabenizá-la pela sua posição. Nós temos um exemplo em Florianópolis, o padre Wilson Groh, presidente das ONGs Escrava Anastácia e Aroeira, pelas quais passam anualmente 1.200 jovens, em parceria com governo do Estado, governo federal e Secretaria de Segurança Pública, que têm participações distintas.

Então, por lá passam 1.200 jovens, e nós temos sob observação na Grande Florianópolis (entendendo-se por Grande Florianópolis esses municípios que eu falei) 13 mil jovens em estado de risco, ou seja, com possibilidade de irem para a criminalidade ou de já estarem nela.

Portanto, o que precisamos aqui para Palhoça? Abrir um espaço semelhante ao que o padre Wilson tem em Florianópolis. E a Secretaria da Segurança e o governo do Estado estão à disposição do município para tratar de uma parceria nesse sentido.

Também se manifestaram o Luís Gonzaga Coelho e a dona Odete, que falaram sobre a necessidade dos Consegs. Nós temos no Estado 267 Consegs instalados, e a grande maioria deles, aproximadamente 80%, foi instalada dos últimos quatro anos para cá, quando a Secretaria da Segurança deu atenção especial à necessidade da parceria e de ouvir a sociedade através do Conselho.

Em Palhoça nós temos quatro Consegs, mas somente dois estão funcionando. E nós estamos à disposição de todos os bairros, de todos os segmentos. Peço que nos procurem, para que possamos dar suporte a vocês a fim de que outros Consegs sejam criados, para que outros cidadãos do município sejam ouvidos. Na Secretaria da Segurança temos o coronel Emilson e a delegada Vanessa, dois profissionais especializados em Conseg, à disposição do município.

A Gênise e ao senhor Sanchez, gostaria de poder falar diferente, mas, provavelmente, em razão de São José e Florianópolis estarem há mais tempo organizados, há mais tempo fazendo audiências desta natureza (vocês estão começando a fazer agora, através das suas representações políticas), eles conseguiram benefícios que vocês ainda não conquistaram.

Mas vocês estão no caminho certo, tanto que nessa aquisição que fizemos agora, coronel Eliésio... Já compramos 331 veículos pela Secretaria da Segurança, que serão entregues somente no final do ano porque as fábricas não têm veículos para nos entregar agora, e o deputado Renato já me ligou três vezes esta semana cobrando essas viaturas. Eu disse para ele que a decisão do número de veículos partiria do secretário da Segurança, e como ele está há sete dias fora da Secretaria, em viagem, buscando recursos, eu não tenho como precisar o número desses veículos, mas, com certeza, vocês serão contemplados.

Já o Eduardo se manifestou dizendo que apesar de o Pronasci não ter contemplado Santa Catarina, o governo do Estado tem suas obrigações.

Eduardo, as Polícias têm trabalhado muito, isso é histórico. Nós dobramos a população carcerária nos últimos quatro anos e meio - e nós, que eu digo, são a Polícia Civil e a Polícia Militar, trabalhando juntas. Nós passamos de 5.700 presos e hoje estamos próximos de 13 mil reclusos. Nunca na história de Santa Catarina se prendeu tanta gente.

Em razão de a polícia ser eficiente, o que aconteceu? Nós tivemos que investir mais no sistema prisional. E eu vou te dar alguns números, Eduardo. Nós já gastamos, neste ano, R\$ 16 milhões no presídio de Criciúma, abrindo 360 vagas, que ficará pronto neste final do ano; mais R\$ 3,5 milhões no presídio de Rio do Sul, que abrirá mais 180 vagas; mais R\$ 2 milhões no presídio de Videira, que abrirá mais 72 vagas; mais R\$ 2 milhões no presídio de Canoinhas, que abrirá mais 72 vagas também. Até o final do ano, nós já teremos licitada a penitenciária do Vale do Itajaí, com 360 vagas, que nos custará R\$ 40 milhões. O presídio de Brusque, com 670 vagas, nos custará R\$ 3,5 milhões, e o presídio de Campos Novos custará também R\$ 2 milhões.

São investimentos muito altos; o sistema prisional custa muito caro e, em razão de as polícias serem eficientes, tivemos que deslocar a grande massa dos nossos recursos para o sistema prisional. Vocês veem todos os dias nos jornais que falta lugar para preso, e preso não se apresenta em delegacia, preso é levado lá pelo policial.

Então eles estão trabalhando, nossos policiais estão trabalhando e nós precisamos abrir as vagas. Por isso que todos esses números de que falei aqui são muito altos, e poderiam ser investidos em outras áreas, mas governos anteriores se esqueceram de olhar para o sistema prisional. É um problema crônico que hoje nós estamos abordando de frente, e investindo maciçamente milhões de reais nessa área.

O senhor Lino perguntou sobre a arrecadação da Zona Verde. Eu consultei o delegado Wilter e ele me informou que nós temos, em todos os municípios, convênios de trânsito entre o município e a Secretaria de Segurança, com a intervenção do Departamento Estadual de Trânsito. O Departamento, por ser o órgão detentor da base de dados e aquele que cobra, é o que detém todo o controle dos convênios. E aqui, no município de Palhoça, 15% dos recursos ficam com a Polícia Militar, 15% desses recursos de multas vão para a Polícia Civil e são usados na recuperação dos seus veículos e nas suas despesas diárias, e 70% desses valores ficam com a Prefeitura, para investimento no próprio município. Cabe a vocês cobrarem da Prefeitura como estão sendo aplicados esses recursos.

Nós estivemos, há alguns dias, e estavam presentes o coronel Eliésio, o secretário de Segurança e o doutor Maurício Eskudlark, numa audiência pública na cidade de Brusque, e lá se falava dos acidentes de trânsito e dos homicídios. A grande preocupação é que tinham morrido três pessoas neste ano de 2007, e se perguntou quantas pessoas haviam morrido em acidentes de trânsito. E o número veio a nós: 24 pessoas haviam falecido em razão de acidentes de trânsito. Palhoça, com certeza, não tem índices tão diferentes em termos de proporcionalidade. Vocês têm uma estrada que é um corredor e que passa no meio da cidade de vocês. Além de essa estrada trazer benefícios, ela também traz os problemas decorrentes do seu volume de tráfego: as mortes, o transporte de mercadorias ilícitas, o transporte de drogas, a fuga de meliantes e assim por diante - tudo isso nos traz a estrada, que também nos traz benefícios.

A preocupação que nós temos com os acidentes de trânsito é enorme. Se eu disser para vocês que um homicídio em razão de acidente de trânsito custa, para o Estado, R\$ 140 mil, vocês talvez não acreditem, mas isso está na página do Ipea, o Instituto que faz o levantamento de pesquisa econômica aplicada. Um óbito em acidentes de trânsito custa R\$ 140 mil. E nós, às vezes, ficamos preocupados com outras situações. O homicídio atinge todas as nossas famílias.

Nós deveríamos aqui fazer um apelo a vocês, porque muitas vezes em suas casas também acontece. Hoje, entre 50% e 60% - e os coronéis Eliésio e Schaufert que estão aqui que me confirmem - das chamadas a policiais são por perturbação do sossego público, ou seja, veículos com som alto demais, casas com festas e que não respeitam mais ninguém. Inclusive isso não parte só de meliantes, parte também da própria sociedade que desvirtua o trabalho do policial que poderia estar buscando o ladrão que vai até a casa de vocês furtar alguma coisa. Nós mesmos estamos dando causa a isso.

Eu sou testemunha e me incomodo muito com isso porque tenho uma casa de veraneio na Ponta do Papagaio, aqui próximo, e o Pitanta sabe disso. É um problema sério e nós vivemos brigando com todos por causa disso, porque 50% a 60% das chamadas para os policiais são provenientes de cidadãos de bem.

Eu deixo a palavra livre ao representante da Polícia Civil, ao coronel Eliésio e aos deputados presentes. Estarei à disposição para outras perguntas, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Nós temos aqui o Ademir Serafim, diretor de Inteligência da Polícia Civil, que está representando o doutor Maurício Eskudlark, que teve que se ausentar.

O SR. ADEMIR SERAFIM - Trago aqui o meu boa-noite aos senhores, às senhoras e às autoridades da mesa.

Gostaria de dizer que o doutor Maurício tinha um compromisso assumido anteriormente e teve que se ausentar desta audiência. Pediu-me, então, que eu me fizesse presente à mesa.

Sou natural de Palhoça, tenho minha mãe e meus irmãos morando aqui. Acompanho este município desde a época em que se vinha a pé da Terra Fraca para estudar aqui no Colégio Ivo Silveira. Então, mesmo ausente em Palhoça nos últimos anos, acompanhamos o seu progresso e as suas problemáticas.

Hoje, trabalhando na diretoria de Inteligência da Polícia Civil, somos responsáveis pelo acompanhamento de toda a criminalidade do Estado e o seu diagnóstico em cada número acontecido, em cada número registrado. Temos um carinho especial por algumas cidades que merecem a nossa atenção. E desde janeiro, quando assumimos a diretoria, com o doutor Maurício frente à Delegacia-Geral da Polícia Civil, três municípios chamaram a atenção: Camboriú, ao lado do Balneário; Navegantes; e Palhoça.

Chamou-nos a atenção o município de Palhoça pelo seu desenvolvimento, pela sua projeção com o futuro; Camboriú por receber as consequências de estar ao lado de um município de ponta e a população mais carente ter que se deslocar para o outro lado do asfalto e ali montar a sua base familiar. Só que como as pessoas não têm qualificação e terem baixa renda elas acabam caindo na informalidade e trazendo, ainda, outros familiares, aumentando assim o problema social e criminal. Em Navegantes, como todos sabem, fica ao lado de Itajaí, foi criado agora um porto que vai provocar também um processo migratório muito forte e com isso também a criminalidade. E a estrutura de segurança pública - vamos fazer justiça - nos últimos vinte anos não acompanhou o desenvolvimento. Então é preciso recuperar o tempo perdido, é preciso investir fortemente em todo o macrossistema de segurança pública.

Nós, durante esta audiência pública, acompanhamos atentamente todas as manifestações, só que o que temos observado e o que conclamamos é que essas manifestações saiam da oratória e vão para a prática. É preciso um maior envolvimento de toda a sociedade organizada na problemática da segurança pública; é preciso pararmos de olhar só para o nosso quintal, só para a frente das nossas casas; é preciso um comprometimento maior; é preciso que nós nos preocupemos com a nossa rua, com qualquer logradouro que não foi contemplado com políticas públicas. Assim, a nossa cidade vai melhorar. Nós, Polícia Civil, Polícia Militar, somos parte desse processo.

Então, fica aqui o nosso apelo e o nosso comprometimento da Polícia Civil de ser parte nesse processo tão importante da Segurança Pública.

Palhoça está entre as prioridades do governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Civil de Santa Catarina na melhoria das condições de segurança de sua comunidade, até mesmo porque eu estou quase que semanalmente ou mensalmente vivendo com os meus familiares e confraternizando.

Então, tenham a certeza, todos os senhores aqui presentes, que nós vamos trabalhar ainda mais forte para melhorar a segurança pública de Palhoça.

E, por último - eu conversava com o deputado Cesar Souza Júnior - quero externar a minha tristeza de ver a platéia diminuindo com a evolução dos debates. Era para ela ter aumentado, era para a população ter comparecido em maior número, a partir do início dos debates. Nós temos viajado pelo Estado e temos percebido esse fenômeno. Mas fica aqui o compromisso de todos nós de melhorar a segurança da sociedade catarinense do nosso município.

Muito obrigado pela parte da Polícia Civil. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Ademir.

Passamos, então, a palavra para o vereador que aqui representa o prefeito, e que, também, tem uma questão para responder.

O SR. VEREADOR JOÃO CARLOS AMÂNDIO - Eu gostaria de responder a pergunta do Cláudio Hoeller de Souza. Ele indagou como são aplicados atualmente em Palhoça os recursos provenientes de multas. Eu quero dizer que eu estou esperando a resposta do Executivo, porque eu fiz essa pergunta através da Câmara e estou aguardando, porque é muito importante que o município esclareça para a população como isso é aplicado. Então, a gente sabe que, em princípio, eles são distribuídos assim como a multa da Zona Verde é aplicada no município. Mas no momento em que eu tiver essa resposta oficial, eu responderei ao Cláudio - acho que o Cláudio se ausentou - e, também, a todo o povo palhocense.

E quero, neste momento, agora representando o prefeito oficialmente, agradecer a todas as pessoas que estiveram aqui. Para mim, a pergunta e a resposta dada que mais me deixou convicto e que foi muito importante foi essa mobilização que deu, e também o representante do Secretário, pois é só através dessa mobilização que nós vamos ter a força que existe em outros municípios aqui citados nesta audiência pública.

Muito obrigado. Boa-noite! (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Mais alguém? Coronel?

O SR. ELIÉSIO RODRIGUES - Primeiro eu quero agradecer à senhora Margarete e parabenizá-la pela sua posição. Nós, às vezes, por covardia, não falamos o que a senhora falou. Eu vejo que não adianta ficarmos disputando... já teve um programa na televisão chamado "Cidade Contra Cidade". Cada um de nós tem que fazer a sua parte. E a Polícia Militar propõe o seguinte, senhores deputados: daqui a trinta dias retornaremos à reunião. E não costumo perder aposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Então, pessoal, vamos para os encaminhamentos.

Quero dizer à senhora Ana, que falou sobre as ameaças pessoais, que temos recebido várias denúncias no Estado. Inclusive tivemos uma audiência pública há poucos dias, e o senhor Maurício Eskudlark esteve presente também, sobre atentados a quatro vereadores em Camboriú, uma situação extremamente complicada para um Estado como Santa Catarina. Esses fatos nós não podemos deixar que aconteçam.

Nós, da Comissão, vamos acompanhar, inclusive vamos procurar mais pessoas que estão recebendo essa ameaça. Nós queremos saber e tomar providências neste sentido. Então, já deixo este encaminhamento. Não é possível em um Estado como Santa Catarina que aconteça esse tipo de coisa: quando as pessoas se posicionam politicamente ou procuram os seus direitos são ameaçadas, inclusive ameaçadas de morte, como aconteceu em Camboriú. Essa é uma questão que nós não podemos deixar que aconteça.

Houve alguns compromissos das lideranças da Secretaria, do representante do secretário, da Polícia Militar e a nossa Comissão se coloca à disposição para estar contribuindo com vocês. Vocês sabem que essas coisas dependem muito mais do Executivo, mas o Legislativo pode contribuir no fortalecimento dos pedidos, das reivindicações da comunidade.

Então, vamos participar ativamente dos encaminhamentos para esta audiência pública não ficar somente no discurso. No máximo em 40 dias, vamos ver o que o Estado encaminhou e o que precisa ser encaminhado. Então, contem com o nosso apoio.

Temos aqui a questão estrutural, que não tem jeito e não é a comunidade que vai resolver, é uma questão de Estado. Tem essa questão da organização da comunidade, dos conselhos e tal. Acho que esse é o papel da comunidade, mas hoje nós estamos discutindo aqui um problema imediato e urgente que é a questão da estrutura de segurança.

Agora, as políticas gerais, como falava aqui, a questão da educação, a questão dos conselhos, do envolvimento da comunidade é importante e um papel que vocês vão ter que discutir no dia-a-dia é a organização. As pessoas que coordenam o Proerd podem ajudar a fortalecer esse trabalho. Neste sentido, a gente gostaria de deixar a nossa Comissão à disposição.

Temos aqui vários deputados com propostas de encaminhamento e alguém aqui fez a sugestão de levarmos todas essas reivindicações ao governador do Estado. Nós temos aqui o pessoal da assessoria que anotou todos os encaminhamentos.

Ainda, podemos, com o deputado Renato e o deputado Cesar Souza Júnior, nos comprometer, a partir do relatório, em levantar as questões e encaminhar ao governador e ao secretário.

Os senhores deputados têm mais algum encaminhamento?

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Dirceu, primeiro quero parabenizar os que permaneceram. Vocês estão de parabéns, pois realmente demonstram estar interessados em contribuir para melhorar o problema de segurança em Palhoça.

Quero, por fim, fazer algumas considerações de ordem prática, até por que chega desse tema virar palanque político. Faz-se discurso indignado e depois nada acontece. A gente tem que sair daqui com alguma coisa prática para iniciar uma luta, senão não terá valido a pena.

Em segundo lugar, quero dizer que muita gente cobrou que se faça, que se mexa. Aqui a Assembléia Legislativa está cumprindo o seu papel, o deputado Renato, este deputado e o deputado Dirceu Dresch estão aqui ouvindo. Eu vim aqui muito mais para ouvir do que para falar, até para poder levar daqui, com os demais parlamentares, pressão política, sim, legítima para que a gente tenha mais infra-estrutura em Palhoça, tanto do ponto de vista da segurança social, do encaminhamento dos nossos jovens, já que a falta de segurança é um problema, sobretudo, juvenil. Foi muito bem lembrado aqui por aquela senhora que se manifestou, a dona Margarete, que o problema da insegurança em Palhoça é, sobretudo, juvenil. Mas isso não exclui a aplicação de recursos também na repressão, no aumento do número de vagas.

O nosso amigo educador, que aqui falou, sabe que a gente precisa de mais escolas e de mais investimentos em educação, mas chega desse discurso demagógico de que tudo é problema social e vai ficando para depois. Tem, sim, que investir na educação, na prevenção, mas o Estado não pode se omitir de proteger, no dia-a-dia, o cidadão de bem e investir também no sistema carcerário, para que a gente tenha onde colocar aqueles que transgridem a lei e lá possam se recuperar. (*Palmas.*)

Eu quero colocar ao deputado Renato, nosso proponente, para que levemos este encaminhamento ao secretário de Segurança Pública numa audiência, para a qual convido desde já todas as autoridades do município de Palhoça para se fazerem presente, até por que, vários encaminhamentos de maior estrutura, de maior segurança social, independem das autoridades policiais que aqui estão. São discussões orçamentárias e, aí, cabe sim, a participação dos parlamentares.

Então vamos levar esse resultado ao secretário de Segurança Pública, ao governador do Estado, explicitar a situação e cobrar, de maneira prática, questões para o município de Palhoça. Este é o papel do parlamentar: ouvir e daqui transmitir as reivindicações.

Então, fica essa condição, deputado Renato, de que nós, ao darmos publicidade do que concluímos aqui nesta reunião, possamos levar às autoridades que têm poder de destinar mais recursos, tanto para a repressão policial, para a inteligência policial e, sobretudo, para a área de segurança social.

Parabéns a cada um de vocês. E, vamos, deputado Renato, procurar manter todos que participaram informados das consequências daquilo que foi aqui discutido e debatido.

As coisas não são fáceis, mas ao debater, ao estar aqui presente, ao ouvir, ao conversar e agir, a gente começa a caminhar para que Palhoça deixe de ser tão discriminada na segurança pública e na segurança social.

Eu quero agradecer a todos e passar a palavra ao deputado Renato Hinnig. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Obrigado.

Eu queria agradecer as pessoas que permaneceram até este momento, porque isso demonstra que vocês estão preocupados com essa problemática levantada. É uma pena que muitas pessoas acabaram saindo mais cedo, mas saio daqui com um sentimento muito bom de que as coisas realmente começam a tomar outro rumo.

Foi muito salientada aqui a cobrança da representatividade política e quero me manifestar, corroborando com aquilo que disse aqui o deputado Cesar Souza Júnior, dizendo que a Assembléia Legislativa está cumprindo o seu papel com a realização desta audiência pública.

Os parlamentares não têm a tarefa e a oportunidade da execução das ações. O que cabe ao parlamentar é exatamente provocar esse tipo de discussão, e é o que fizemos com a marcação desta audiência pública.

Eu quero parabenizar e ressaltar o empenho da CDL e de toda a sua diretoria para que isso acontecesse, bem como, do comandante do nosso Batalhão; o delegado Wilter; todas as pessoas que participaram deste encaminhamento para podermos realizar esta audiência pública.

Quero também parabenizar o Amaro que se empenhou muito e estava preocupado, dia-a-dia, hora-a-hora, para que nós tivéssemos a casa cheia.

Mais uma vez, quero agradecer ao Eduardo por ter cedido as instalações do clube.

Para não me alongar mais, para ser prático, eu quero sugerir alguns encaminhamentos e pedir para que o CDL assuma um compromisso conosco de continuar nesse trabalho de coordenação do que se quer não só para a segurança pública, mas o que se quer para Palhoça.

A minha proposta é a formação de um fórum de entidades para discutir Palhoça. (*Palmas*). E nesse fórum deveriam participar o CDL, a associação comercial, os conselhos de segurança, os conselhos comunitários, o Rotary Club, o Clube Sete, enfim, todas as entidades representativas da sociedade de Palhoça, para que esse fórum possa, a partir de agora, se reunir periodicamente, quem sabe, de quinze em quinze dias ou de trinta em trinta dias, para começar a discutir as questões de Palhoça. Podemos começar com a questão da segurança pública para acompanhar os resultados do que vai acontecer a partir desta audiência pública.

Eu gostaria de convidar o Astrogildo, que se manifestou aqui sobre o trabalho da Univali, que é muito importante, de formação de lideranças e de encaminhamentos de como se monta o Conseg. O doutor Neves colocou à disposição também a estrutura da segurança pública para nos auxiliar nisso. É muito importante que sejam formados novos conselhos de segurança pública. Nós temos que mobilizar as lideranças de cada bairro do nosso município para que, em cada bairro, tenhamos um Conseg funcionando. Nós temos uma bela experiência no município de Palhoça, que é o Conseg da Pedra Branca que funciona muito bem. Então, nós temos um exemplo aqui dentro da nossa casa.

Eu não sei porque até agora nós só conseguimos formar dois e tem um terceiro em andamento. Sem dúvida nenhuma, nós vamos ter avanços significativos se tivermos um Conseg em cada bairro.

Proporia também ao comandante Eliéser que procurasse programar operações específicas no município de Palhoça com a presença de contingentes policiais de outros municípios para essas operações programadas, com data marcada. (*Palmas*). Eu acho que isso pode ser realizado e vai nos ajudar a melhorar a segurança. Já está agendada?! Muito bem! O coronel Eliéser inclusive se dispôs, em articulação com o vereador Pitanta, a comparecer na Câmara de Vereadores no próximo dia 10 de dezembro para dar seqüência a este trabalho que se iniciou hoje aqui.

Também quero sugerir ao vereador Bala que leve à Prefeitura Municipal a proposição de aumentar a fiscalização na instalação dos estabelecimentos comerciais no nosso município (*palmas*), que foi um assunto levantado aqui. E também que a Prefeitura, junto com a participação do fórum proposto, implante um controle de migração aqui no município de Palhoça. Isso contribuiria muito para diminuir o fluxo de pessoas que vem para cá, não se sabe de onde e nem qual sua formação.

Os encaminhamentos que eu tinha são esses.

Quero mais uma vez agradecer ao deputado Dirceu Dresch que acabou estourando os horários dos seus compromissos e está aqui conosco até o final; todas as autoridades, os funcionários da Assembléia que estão aqui, a imprensa e todos vocês.

Eu saio daqui um pouco mais tranquilo e contente de que as coisas efetivamente vão acontecer.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Quero cumprimentar todos vocês que ficaram até o final.

Todo mundo gostaria de falar, de dar sua idéia, mas audiência pública é isso, quando tem bastante gente, tem limite.

Um grande abraço, bom retorno a todos e uma boa-noite. (*Está encerrada a presente audiência pública.*)

DEPUTADO DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 123/2007

REFERENTE: 4º Termo Aditivo CL n.º 011/2005-00, celebrado em 22/12/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Consesc & Nacional Elevadores Ltda - Me

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 011/2005-03 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 57, II da Lei n.º 8.666/93; Item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, Autorização Administrativa. Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - ALESC

Valério Jorge Gilli - Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 124/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 034/2006, celebrado em 10/07/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: E-Biz Solution S/A - Soluções Tecnológicas

OBJETO: alterar quantitativamente o Contrato original e adicionar novas funcionalidades que serão instaladas e monitoradas a partir de 1º de janeiro de 2008;

VALOR GLOBAL: Diante da instalação das novas funcionalidades/programas constantes no cronograma de trabalho, **os novos softwares**, ao custo total de **R\$ 243.763,20**, serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais de **R\$ 121.881,60** e, **os serviços**, ao custo total de **R\$ 816.076,80**, serão pagos em 06 (seis) parcelas mensais de **R\$ 136.012,80**. Totalizando **R\$ 1.059.840,00**.

VIGENCIA: a partir de 1º de janeiro de 2008, e o término programado para 30 de junho de 2008.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I "b" e § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93; Autorização administrativa.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Jaime Leonel de Paula Júnior - Diretor de Tecnologia E-BIZ

Vera R. de M. P. Pupo Netto - Diretora Administrativa E-BIZ

*** X X X ***

EXTRATO Nº 125/2007

REFERENTE: 3º Termo Aditivo CL n.º 017/2005-00, celebrado em 02/05/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: ZF Assistência, Comércio e Serviços Ltda

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 017/2005-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa. Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Gerson Francisco Zechner - CONTRATADA

*** X X X ***

EXTRATO Nº 126/2007

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 027/2006-00, celebrado em 28/04/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Editora Negócios JA Ltda.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 027/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa. Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - ALESC

Marcelo Corrêa Petrelli - Diretor

*** X X X ***

EXTRATO Nº 127/2007

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 043/2006, celebrado em 19/09/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: W & Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda.

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 043/2006-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93; item 1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa. Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Alexandre Pedroso - Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 128/2007

REFERENTE: 2º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 022/2006-00, celebrado em 04/04/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ecoeficiência Consultoria Ambiental Ltda.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 022/2006-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II da Lei nº 8.666/93; item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

João Carlos da Silva Júnior - Sócio-Gerente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 129/2007

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 026/2007-00, celebrado em 17/05/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Marcca Mais Comunicação

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato 026/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; parágrafo 2º, da Cláusula Oitava do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Cláudio José Dutra - Diretor Superintendente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 130/2007

REFERENTE: 3º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 019/2006-00, celebrado em 02/03/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: MMC Consultoria Empresarial Ltda.

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 019/2006-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Marcos Manoel Coelho - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 131/2007

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 027/2007-00, celebrado em 14/05/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Verde Garden Center Comércio de Flores e Plantas Ltda

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 027/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 2, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Ignácio Maria Wopereis - CONTRATADA

Rita Maria Belard da Fonseca Lopes da Costa - CONTRATADA

*** X X X ***

EXTRATO Nº 132/2007

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 006/2007, celebrado em 22/12/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: ALEMAX ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.

OBJETO: Prorrogar o período de vigência do Contrato 006/2007-00 compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - ALESC

Josiel Rodrigues da Silva - Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 134/2007

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 002/2007-00, celebrado em 22/12/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 002/2007-00 pelo período compreendido entre 01/01/2008 e 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 1, da Cláusula Sexta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Luiz Volnei Cordioli - Gerente de Vendas da ECT

*** X X X ***

EXTRATO Nº 135/2007

REFERENTE: Apostilamento CL n.º 001/2007, celebrado em 12/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Gráfica Avenida

OBJETO: aumento quantitativo no valor do objeto licitado em face do acréscimo nas páginas do livro "Brasil em Debate", passando de 180 para 244 páginas. Em razão de tal incremento, que redundou em R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), o valor da Nota de Empenho/Autorização de Compra nº 00731/2007, exclusivamente do item "Brasil em Debate", passou de R\$ 15.750,00 (quinze mil, setecentos e cinquenta reais) para R\$ 19.650,00 (dezenove mil seiscentos e cinquenta reais), representando um acréscimo de 24,76% (vinte e quatro vírgula setenta e seis por cento) sobre o valor do item licitado, portanto, dentro da limitação imposta no § 1º, art. 65, da Lei 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 19.650,00 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 12 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 136/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 067/2007, celebrado em 05/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ferrari & Ferrari Comercio e Representações de Artigos Fotográficos e de Informatica Ltda - ME.

OBJETO: aquisição equipamentos e materiais, todos novos e de primeiro uso, para atender as necessidades da Diretoria der Comunicação Social da ALESC - TVAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 045/2007; Autorização para Processos Licitatórios n.ºs 0220/2007, 0222/2007, 0379/2007, 0565/2007 e 0664/2007 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.140,00 (treze mil cento e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanesecendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Theodoro Antonio Ferrari Neto - Ferrari&Ferrari

*** X X X ***

EXTRATO Nº 137/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 065/2007, celebrado em 03/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Zacchi Comércio, Representações e Serviços Ltda

OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado tipo split system wall.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 044/2007; e autorização para Processo Licitatório n.º 0650/2007.

VALOR GLOBAL: R\$ 17.820,00 (dezessete mil, oitocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanesecendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2007.

Signatários:

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Emerson da Silva - Zacchi

Milton Batista - Zacchi

*** X X X ***

EXTRATO Nº 138/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 066/2007, celebrado em 05/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Nypo Comércio De Áudio, Vídeo, Importação e Exportação Ltda.

OBJETO: aquisição equipamentos e materiais, todos novos e de primeiro uso, para atender as necessidades da Diretoria der Comunicação Social da ALESC - TVAL

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 045/2007; Autorização para Processos Licitatórios n.ºs 0220/2007, 0222/2007, 0379/2007, 0565/2007 e 0664/2007 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

VALOR GLOBAL: R\$ 37.260,14 (trinta e sete mil, duzentos e sessenta reais e quatorze centavos).

VIGÊNCIA: O presente termo passa a vigorar a partir da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanesecendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

André de Souza Ramos - Sócio da Nypo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 139/2007

REFERENTE: Contrato CL n.º 031/2007, celebrado em 01/06/2007.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Pedro Paulo de Melo Saraiva.
 OBJETO: alterar quantitativamente o objeto do Contrato original, acrescentando metragens ao projeto original, alterando o valor do contrato de R\$ 276.788,00 (duzentos e setenta e seis mil setecentos e oitenta e oito reais) para R\$ 338.632,30 (trezentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e dois reais e trinta centavos), resultando no acréscimo de R\$ 61.844,30.
 VALOR GLOBAL: R\$ 338.632,30 (trezentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e dois reais e trinta centavos).
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "a" e "b" e § 1º da Lei 8.666/93; Cláusula Terceira, item 2.3.1 e Cláusula Sexta, item 7 do Contrato Original; Art. 57, § 1º, incisos I, II e IV da Lei 8.666/93; e Autorização Administrativa.
 Florianópolis, 06 de dezembro de 2007.
 Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
 Pedro Paulo de Melo Saraiva

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 652/07**

Proíbe o uso de capacetes, ou qualquer outro objeto que dificulte a identificação, em estabelecimentos comerciais e públicos.

Art. 1º Fica proibida a entrada de pessoas em estabelecimentos comerciais, repartições públicas, agências bancárias, usando capacete ou qualquer outro tipo de objeto que dificulte a identificação.

Art. 2º Em postos de combustíveis e estacionamentos, o usuário de capacete ou qualquer outro objeto deve retirá-lo imediatamente após parar o veículo.

Parágrafo único. A pessoa que se recusar a retirar o capacete não será atendida, e a polícia poderá ser acionada.

Art. 3º Os comerciantes deverão afixar nos locais de entrada o aviso de que não é permitido entrar usando capacete ou qualquer outro tipo de objeto que dificulte a identificação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Genésio Goulart

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como finalidade inibir ao máximo a facilidade de muitos atos ilícitos atualmente praticados, pelos chamados maus motoqueiros e que vêm perturbando nosso Estado de modo geral, especificamente bancos e comerciantes.

Muitos atos infracionais contra o patrimônio público ou privado são cometidos por pessoas sem caráter e covardes, acobertadas pelo capacete ou outros objetos, pois estes equipamentos dificultam a identificação de quem os usa.

Entendo que a proibição do ingresso ou permanência de pessoas usando capacete ou outros objetos nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público, conforme proponho, justifica-se porque inibe a conduta delitiva e contribui para impedir que vários assaltos e outros atos infracionais se concretizem em face da possível identificação de quem esta portando os referidos equipamentos.

Face ao exposto, em razão da importância do tema, espero que este projeto seja analisado, merecendo a aprovação dos nobres colegas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 653/07

Declara de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecilia, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Coral Santa Cecilia, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

JUSTIFICATIVA

A entidade pleiteadora do reconhecimento de utilidade pública estadual, Associação Coral Santa Cecilia, do município de Blumenau, CNPJ nº 00.153.057/0001-20, fundada em 16 de agosto de 1994, sem fins lucrativos, com duração de tempo indeterminado, tem como objetivo, dentre outros, organizar um coral polifônico, apresentação de peças musicais para o coro e orquestra, divulgando o canto coral e atividades artístico-culturais em teatros, entidades

públicas e privadas, através de concertos, festivais, encontros e concursos, fomentar e encorajar técnicas de ensaio que levem à aquisição do mais alto nível de musicalidade e execução artística, desenvolver atividades de cunho social, fomentar e promover programas de intercâmbio nacional e internacional de regentes, compositores e grupos corais.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida. Por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 654/07

Declara de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Skat Hermann Berg, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

JUSTIFICATIVA

A entidade pleiteadora do reconhecimento de utilidade pública estadual, Clube de Skat Hermann Berg, CNPJ nº 83.779.694/0001-34, do município de Blumenau, não tem fins lucrativos, sua duração é indeterminada e seu objetivo geral é instruir e divulgar a prática do jogo de skat amadorístico, bem como promover e lutar pelo bem de seus associados e comunidade em geral.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a seguinte proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 655/07

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

JUSTIFICATIVA

A entidade pleiteadora do reconhecimento de utilidade pública estadual, Associação de Moradores do Bairro Boa Vista, CNPJ nº 79.375.705/0001-43, do município de Blumenau, não tem fins lucrativos, fundada em 20 de janeiro de 1989 sua duração é indeterminada e seu objetivo geral é congrega os moradores e amigos do referido bairro e outras que venham a integrar a Associação, apoiando suas aspirações, pugnano por seus interesses e direitos, especialmente em assuntos relacionados à alimentação, saúde, moradia, regularização fundiária, segurança, transporte e meio ambiente, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os associados, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos habitantes do bairro.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a seguinte proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 656/07**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 454**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Revoga o dispositivo da Lei nº 14.113, de 2007, que autoriza a doação de imóvel no Município de Chapecó".

Palácio Santa Catarina, 11 de dezembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
EM Nº 336/07**

Florianópolis, 04 de dezembro de 2007.

Senhor Governador,

Submeto a apreciação de Vossa Excelência, a proposta de projeto de lei visando a revogação do inciso III do art. 3º, da Lei Estadual nº 14.113, de 18 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 18209, de 18/09/2007, que autoriza a doação de imóvel, no Município de Chapecó.

A vedação de que trata o inciso III poderá ser revelada em caso de alienação à entidade comunitária ou filantrópica, ou a terceiro interessado mediante licitação, na forma da Lei.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0656.2/2007

Revoga o dispositivo da Lei nº 14.113, de 2007, que autoriza a doação de imóvel no Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.113, de 18 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 18.209, de 18 de setembro de 2007, que autoriza a doação de imóvel no Município de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 657/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 455

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Maracajá".

Palácio Santa Catarina, 11 de dezembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM Nº 242/2007

Florianópolis, 21 de novembro de 2007.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação do Município de Maracajá, um imóvel com área total de quatro mil, seiscentos e oitenta e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados, matriculado sob o nº 65.782 no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protestos da Comarca de Araranguá.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 10º PEL/GU ESP PM Maracajá, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 649/2006 e alterada pela Lei municipal nº 684/2007.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0657.3/2007

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Maracajá.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Maracajá, o imóvel com área total de quatro mil, seiscentos e oitenta e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados, matriculado sob o nº 65.782 no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protestos em Geral da Comarca de Araranguá.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 10º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar de Maracajá, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 649, de 27 de março de 2006, e alterada pela Lei municipal nº 684, de 28 de fevereiro de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 658/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 456

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Seara".

Palácio Santa Catarina, 11 de dezembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM Nº 326/2007

Florianópolis, 21 de novembro de 2007.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que a autoriza a adquirir, por doação do Município de Seara, um imóvel com área total de um mil, duzentos e sessenta e nove metros e onze decímetros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 15.117 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Seara.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 5º GP/1º PEL/GU ESP PM de Concórdia, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.474, de 2007.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antonio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0658.4/2007

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Seara.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Seára, o imóvel com um mil, duzentos e sessenta e nove metros e onze decímetros quadrados, sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 15.117 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Seára.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 5º Grupamento do 1º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar de Concórdia, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.474, de 10 de julho de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 049/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 457

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei complementar que "Altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências".

Florianópolis, 12 de dezembro de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/12/07

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 307/07 Florianópolis, 20 de novembro de 2007.

Senhor Governador,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, projeto de Lei Complementar que "altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências"

Art. 1º:

"Art. 1º A gratificação prevista no art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, art. 88, § 2º da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, e art. 82 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, é fixada em 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo em comissão.

Parágrafo único. A vantagem referida no caput deste artigo é devida aos servidores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, inclusive de outras esferas de governo, que optarem pela remuneração do cargo ou emprego de origem, na hipótese de nomeação para cargo em comissão".

O dispositivo estende o direito de opção pela remuneração do cargo originário acrescido de 40% do valor do cargo comissionado, previsto nas Leis nº 6.745/85, 6.843/86 e 6.844/86, a servidores públicos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional de qualquer esfera de governo, facilitando a disposição de servidores de outras esferas para exercerem cargo em comissão.

Art. 2º:

"Art. 2º Nos casos em que forem aplicados os dispositivos citados no caput do artigo anterior ou quando da nomeação para o exercício de cargo em comissão, designação para função técnica gerencial ou, função gratificada, as gratificações instituídas pelo art. 8º da Lei nº 8.411, de 28 de novembro de 1991, art. 2º, § 1º e 2º da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, arts. 7º e 8º, alínea d da Lei Complementar nº 222, de 10 de janeiro de 2002, art. 1º da Lei nº 13.758, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.759, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.760, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.762, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.763, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.764, de 22 de maio de 2006, e arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 362, de 30 de junho de 2006, serão pagas com valor equivalente ao percebido pelo servidor ocupante do último nível e referência do cargo de nível superior.

Parágrafo único. Os critérios fixados pelo caput deste artigo aplicam - se à Gratificação de Registro Mercantil, Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transporte e Gratificação de Fiscalização e Controle.

O art. 2º vincula o valor do pagamento das gratificações instituídas com base no art. 8º da Lei nº 8.411/92 para os cargos comissionados ao último nível e referência do cargo ocupado por servidor com nível superior, regularizando os pagamentos que já vêm sendo realizados desse modo.

Com relação ao artigo 1º e 2º não há repercussão financeira, uma vez se tratar apenas da convalidação de procedimento já adotado pela Administração desde a operacionalização da Legislação mencionada.

Art. 3º:

"Art. 3º Aplica-se o disposto nos arts. 3º, 5º e 8º, parágrafo único, alínea b, da Lei Complementar nº 222, de 2002, às Gratificações de Produtividade pagas com fundamento no art. 2º da Lei nº 9.484, de 19 de janeiro de 1994, e art. 2º da Lei nº 9.485, de 19 de janeiro de 1994, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2002."

O art. 3º visa corrigir um equívoco na Lei Complementar nº 222/2002, que incorporou ao valor do vencimento do cargo em comissão e função de confiança à Gratificação ou Adicional de Produtividade de 120%, em que não foram mencionadas as Leis nº 9.484/1994 e Lei nº 9.485/1994, que tratam da Gratificação de Produtividade da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS e da extinta Imprensa Oficial do Estado - IOESC, respectivamente. Ressalta-se que não haverá repercussão financeira, pois os valores já foram incorporados à época da edição da Lei Complementar nº 222/2002.

Art. 4º:

"Art. 4º Fica transformado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.975, de 28 de junho de 1990, em §1º, e acrescenta-se o § 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º....."

§ 1º O Poder Público participará dos gastos de deslocamento do servidor público, com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) da sua remuneração.

§ 2º No cálculo da remuneração para a concessão do vale-transporte excluem-se a gratificação natalina e o terço constitucional de férias".

A regularização contida no art. 4º beneficia todo o servidor que faz jus ao vale-transporte, uma vez que são retiradas da base de cálculo da concessão duas verbas significativas: a gratificação natalina e o terço constitucional de férias, não havendo qualquer impacto, tendo em vista que já vem sendo operacionalizada dessa forma.

A gratificação de férias constitucionais é paga no mês imediatamente anterior ao usufruto e a gratificação natalina no final do exercício. Apesar de ambas as gratificações possuírem caráter transitório, quando processadas na folha de pagamento aumentavam a base de cálculo do vale-transporte fazendo com que os servidores perdessem o benefício.

Art. 5º:

"Art. 5º Ao servidor designado para participar de comissão de licitação será pago uma gratificação correspondente, mensalmente, a 50,68% (cinquenta vírgula sessenta e oito por cento) do valor do vencimento da Classe I, nível I, preferência A, fixado pelo Anexo III da Lei Complementar nº 322, de 2006.

§ 1º Os critérios para a instituição e funcionamento das comissões de licitação, a designação de seus membros e as condições exigidas para o pagamento da gratificação serão disciplinadas por ato do Secretário de Estado da Administração.

§ 2º O pagamento da Gratificação pela Participação em Comissões de Licitação cessará por interesse administrativo ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§ 3º O valor da gratificação não será incorporado à remuneração normalmente percebida pelo servidor, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina".

§ 4º O valor da gratificação não será incorporado à remuneração normalmente percebida pelo servidor, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina".

No art. 5º é definido valor da gratificação a ser paga aos servidores participantes de comissões de licitações, bem como aos membros da Comissão Temporária de Reestruturação do Sistema de Remuneração dos Servidores Públicos do Poder Executivo Estadual, criada pelo Decreto nº 1.556, de 2004, e da Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Recursos Humanos, criada pelo Decreto nº 1.557, de 2004, regularizando os pagamentos que antes estavam sendo feitos desse modo, porém com base em Decreto.

Art. 6º:

"Art. 6º O art. 1º da Lei nº 13.758, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Governamental para os servidores lotados ou em exercício na Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, Secretaria Especial de Articulação Internacional, Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos e Gabinete da Chefia do Executivo no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994."

O art. 6º prevê o pagamento da Gratificação de Atividade de Gestão Governamental para os servidores lotados ou em exercício na Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, Secretaria Especial de Articulação Internacional e Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos, pois com a Lei Complementar nº 381/2007, estas duas últimas deixaram de pertencer à estrutura da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, ficando o pagamento da gratificação para os seus servidores sem previsão normativa. Como o pagamento já vem sendo feito na via administrativa, não há repercussão financeira.

Art. 7º:

"Art. 7º O §3º, do art. 57, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57....."

§3º No âmbito dos órgãos da Administração Direta, incluídas as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Autarquias e Fundações, as atividades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II deste artigo, serão por estes executadas, observadas as normas específicas que regem as licitações e contratações públicas".

No art. 7º está sendo dada nova redação ao art. 57, § 3º da Lei Complementar nº 381/07, com o intuito de dirimir dúvidas quanto à interpretação do dispositivo, esclarecendo que aos órgãos da Administração Direta, incluídas as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Autarquias e Fundações compete executar as licitações, contratos e estocagem e logística de distribuição de material.

Art. 8º

"Art. 8º O art. 1º da Lei nº 7.702, de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída pensão mensal no valor previsto no art. 3º da Lei (complementar nº 322, de 02 de março de 2006, devida aos portadores de deficiência mental severa, definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis pela sua criação, educação e proteção, que residam no Estado há pelo menos dois anos e auferam renda inferior ao valor de dois salários mínimos ou sucedâneo.

§ 1º Em decorrência de dificuldades técnicas em caracterizar o grau de deficiência, os portadores de deficiência mental com idade inferior a quatro anos poderão ser contemplados pela pensão referida neste artigo.

§ 2º O benefício de que trata o caput deste artigo deverá ser regulamentado no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.

O art. 8º altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.702, de 1989, que instituiu pensão graciosa aos portadores de deficiência mental severa, modificando-se os critérios de concessão do benefício, em razão da dificuldade de aplicação da legislação anterior, a qual passou a ser anacrônica ao designar os excepcionais como beneficiários da pensão, tornando o universo de beneficiários amplo e impreciso em decorrência desta terminologia.

Atualmente o Poder Executivo concede esta pensão graciosa apenas a portadores de deficiência mental severa e o texto proposto visa adequar a terminologia da pensão estadual à política de atendimento aos portadores de necessidades especiais, bem como estabelecer uma delimitação precisa do beneficiado da pensão com critérios básicos de concessão.

Como já havia previsão legal para o pagamento da referida pensão, o dispositivo não trará repercussão financeira.

Art. 9º:

"Art. 9º Fica concedido abono de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) aos servidores efetivos, ativos e inativos lotados e em exercício na Administração do Porto de São Francisco do Sul, pago mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2008.

§ 1º Sobre o valor do abono não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, férias, contribuição previdenciária, tributação de outra esfera de governo e consignações facultativas.

§ 2º As áreas finalísticas, os critérios, a escala e as atividades com prestação de serviço e remuneração por regime de plantão, no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul, serão fixadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de noventa dias, a contar da data da publicação desta Lei Complementar".
Atendendo reivindicação dos servidores vinculados à Administração do Porto de São Francisco do Sul, no art. 9º, é concedido abono de 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) aos seus servidores, a partir de janeiro de 2008.

A concessão do abono ocorre em decorrência da necessidade de regularização do pagamento de horas extraordinárias aos servidores, uma vez que a verba indenizatória estava sendo utilizada indevidamente como complementação da remuneração funcional, conforme apurado em relatório de auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda.

A medida terá impacto mensal no valor de R\$ 106.150,00 na folha de pagamento da Administração do Porto de São Francisco do Sul, com um valor projetado para 12 meses no valor de R\$ 1.514.406,67, sendo suportados por dotações orçamentárias próprias do órgão, o qual não é dependente de recursos do Tesouro do Estado.

No §2º do art. 9º, fica prevista a obrigatoriedade de regularização das escalas de serviço da Administração do Porto de São Francisco do Sul, com o objetivo de regulamentar a realização de atividades extraordinárias em regime de plantão na entidade autárquica.

Art. 10:

"Art. 10. Os servidores em exercício nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional terão lotação no respectivo órgão, independentemente da nomenclatura do cargo de provimento efetivo ocupado e do quadro lotacional a que pertencem.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o caput deste artigo poderão optar pela permanência na condição de convocados ou à disposição no prazo de trinta dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar".

O art. 10 trata da opção de lotação dos servidores em exercício em órgãos da Administração Direta e Indireta, convocados ou à disposição, sendo medida necessária para manter estáveis os quadros de pessoal do Poder Executivo, visando não prejudicar o bom funcionamento dos serviços públicos.

Art. 11:

Art. 11. As Gratificações pelo Desempenho de Atividade Especial pagas com fundamento no art. 85, VIII, da Lei nº 6.745, de 1985 e Decretos nº 3.469, de 24 de março de 1993, nº 3.542, de 20 de abril de 1993, nº 3.543, de 20 de abril de 1993, nº 3.759, 15 de julho de 1993, nº 4.003, de 08 de outubro de 1993, nº 4.016, 21 de outubro de 1993, nº 4.019, de 25 de outubro de 1993, nº 4.023, de 29 de outubro de 1993, nº 4.086, de 30 de novembro de 1993, nº 4.126, de 20 de dezembro de 1993, nº 4.141, de 27 de dezembro de 1993, nº 4.176, de 30 de dezembro de 1993, nº 4.306, de 28 de fevereiro de 1994, nº 4.363, de 22 de março de 1994, nº 4.516, de 30 de maio de 1994, nº 4.549, de 08 de junho de 1994, nº 4.551, de 08

junho de 1994, nº 4.552, de 08 de junho de 1994, nº 4.765, de 23 de agosto de 1994, nº 4.766, de 23 de agosto de 1994, nº 4.767, de 23 de agosto de 1994, nº 4.872, de 30 de setembro de 1994, nº 4.873, de 30 de setembro de 1994, nº 5.008, de 28 de novembro de 1994, nº 5.009, de 28 de novembro de 1994, nº 432, de 07 de novembro de 1995, nº 1.342, de 18 de novembro de 1996, nº 1.794, de 07 de maio de 1997, nº 2.129, de 18 de agosto de 1997, nº 2.808, de 27 de abril de 1998, nº 3.031, de 30 de junho de 1998, nº 3.033, de 30 de junho de 1998, nº 3.035, de 30 de junho de 1998, nº 3.037, de 30 de junho de 1998, nº 3.043, de 02 de julho de 1998, nº 3.051, de 03 de julho de 1998, nº 3.407, de 27 de novembro de 1998, nº 3.571, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.574, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.635, de 28 de dezembro de 1998, nº 4.886, de 28 de maio de 2002, 3.378, de Olde agosto de 2005, ficam transformadas em Gratificação de Atividade, sendo vedadas novas concessões.

§ 1º O valor da Gratificação de Atividade será reduzido quando houver qualquer progressão funcional do servidor e reajustado quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais.

§ 2º Os valores das Gratificações previstas no artigo 2º desta Lei Complementar, atualmente percebidos em decorrência da Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, ficam mantidos e reajustados quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais.

§ 3º A Gratificação prevista no caput deste artigo, servirá de base de cálculo para a Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transportes e Gratificação de Fiscalização e Controle.

§ 4º Terá direito à Gratificação de Atividade o servidor que possuir na data da publicação desta Lei Complementar, portaria de designação para o desempenho de atividade especial vigente e estiver lotado no órgão que o designou.

§ 5º A gratificação de que trata o caput deste artigo servirá de base de cálculo da contribuição previdenciária.

§ 6º O pagamento da Gratificação de Atividade prevista neste artigo não poderá ser cumulativa com qualquer outro valor ou gratificação decorrente do exercício de cargo comissionado ou função.

Nesse dispositivo são transformadas as diversas gratificações pagas com fundamento no art. 85, VIII, da Lei nº 6.745/85 em Gratificação de Atividade, com o intuito de resguardar a situação dos servidores que a percebem por vários anos, já recolhendo contribuição previdenciária. Assim, serão mantidos os atuais valores, que serão reduzidos quando houver a progressão funcional do servidor, não gerando repercussão financeira ou decurso remuneratório aos servidores que a percebem.

Art. 12:

"Art. 12. Ficam convalidados os pagamentos efetuados com base nos artigos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e II desta Lei Complementar".

Por fim, o art. 12 regulariza os procedimentos administrativos que concederam as vantagens previstas nos arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 11 da proposta legislativa, evitando prejuízos funcionais aos servidores que desempenharam atividades e perceberam contraprestação remuneratória.

Diante do exposto, recomendo aprovação e o encaminhamento à augusta Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Respeitosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0049.2/2007

Altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A gratificação prevista no art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no art. 88, § 2º, da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, e no art. 82 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, é fixada em 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo em comissão.

Parágrafo único. A vantagem referida no caput deste artigo é devida aos servidores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, inclusive de outras esferas de governo, que optarem pela remuneração do cargo ou emprego de origem, na hipótese de nomeação para cargo em comissão.

Art. 2º Nos casos em que forem aplicados os dispositivos citados no caput do artigo anterior ou quando da nomeação para o exercício de cargo em comissão, designação para função técnica gerencial ou função gratificada, as gratificações instituídas pelo art. 8º da Lei nº 8.411, de 28 de novembro de 1991, art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.502, de 08 de março de 1994, arts. 7º e 8º, alínea d da Lei Complementar nº 222, de 10 de janeiro de 2002, art. 1º da Lei nº

13.758, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.759, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.760, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.762, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.763, de 22 de maio de 2006, art. 1º da Lei nº 13.764, de 22 de maio de 2006, e arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 362, de 30 de junho de 2006, serão pagas com valor equivalente ao percebido pelo servidor ocupante do último nível e referência do cargo de nível superior.

Parágrafo único. Os critérios fixados pelo *caput* deste artigo aplicam-se à Gratificação de Registro Mercantil, Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transportes e Gratificação de Fiscalização e Controle.

Art. 3º Aplica-se o disposto nos arts. 3º, 5º e 8º, parágrafo único, alínea b, da Lei Complementar nº 222, de 2002, às Gratificações de Produtividade pagas com fundamento no art. 2º da Lei nº 9.484, de 19 de janeiro de 1994, e art. 2º da Lei nº 9.485, de 19 de janeiro de 1994, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2002.

Art. 4º Fica transformado o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.975, de 28 de junho de 1990, em § 1º, e acrescenta-se o § 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

§ 1º O Poder Público participará dos gastos de deslocamento do servidor público, com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) da sua remuneração.

§ 2º No cálculo da remuneração para a concessão do vale-transporte excluem-se a gratificação natalina e o terço constitucional de férias”.

Art. 5º Ao servidor designado para participar de comissão de licitação será devida uma gratificação correspondente, mensalmente, a 50,68% (cinquenta vírgula sessenta e oito por cento) do valor do vencimento da Classe I, nível 1, referência A, fixado pelo Anexo III da Lei Complementar nº 322, de 2006.

§ 1º Os critérios para a instituição e o funcionamento das comissões de licitação, a designação de seus membros e as condições exigidas para o pagamento da gratificação serão disciplinadas por ato do Secretário de Estado da Administração.

§ 2º O pagamento da Gratificação pela Participação em Comissões de Licitação cessará por interesse administrativo ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§ 3º O valor da gratificação não será incorporado à remuneração normalmente percebida pelo servidor, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto para a gratificação natalina.

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 13.758, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade de Gestão Governamental para os servidores lotados ou em exercício na Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, Secretaria Especial de Articulação Internacional, Secretaria Executiva de Assuntos Estratégicos e Gabinete da Chefia do Executivo no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da Gratificação de Produtividade estabelecida no art. 2º da Lei nº 9.502, de 1994, alterada pelo art. 7º da Lei nº 9.751, de 1994.” (NR)

Art. 7º O § 3º do art. 57 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57.....

§ 3º No âmbito dos órgãos da Administração Direta, incluídas as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Autarquias e Fundações, as atividades previstas nas alíneas a, b e c do inciso II deste artigo serão por estes executadas, observadas as normas específicas que regem as licitações e contratações públicas”. (NR)

Art. 8º O art. 1º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída pensão mensal no valor previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006, devida aos portadores de deficiência mental severa, definitivamente incapazes para o trabalho, cujos pais, tutores ou curadores, responsáveis pela sua criação, educação e proteção, que residam no Estado há pelo menos dois anos e auferam renda inferior ao valor de dois salários mínimos ou sucedâneo.

§ 1º Em decorrência de dificuldades técnicas em caracterizar o grau de deficiência, os portadores de deficiência mental com idade inferior a quatro anos poderão ser contemplados pela pensão referida neste artigo.

§ 2º O benefício de que trata o *caput* deste artigo deverá ser regulamentado no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.” (NR)

Art. 9º Fica concedido abono de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) aos servidores efetivos, ativos e inativos lotados e em exercício na Administração do Porto de São Francisco do Sul, pago mensalmente a partir de 1º de janeiro de 2008.

§ 1º Sobre o valor do abono não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, férias, contribuição previdenciária, tributação de outra esfera de governo e consignações facultativas.

§ 2º As áreas finalísticas, os critérios, a escala e as atividades com prestação de serviço e remuneração por regime de plantão no âmbito da Administração do Porto de São Francisco do Sul deverão ser fixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 10. Os servidores em exercício nos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional terão lotação no respectivo órgão, independentemente da nomenclatura do cargo de provimento efetivo ocupado e do quadro lotacional a que pertençam.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o *caput* deste artigo poderão optar pela permanência na condição de convocados ou à disposição no prazo de trinta dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.

Art. 11. As Gratificações pelo Desempenho de Atividade Especial pagas com fundamento no art. 85, VIII, da Lei nº 6.745, de 1985, e Decretos nº 3.469, de 24 de março de 1993, nº 3.542, de 20 de abril de 1993, nº 3.543, de 20 de abril de 1993, nº 3.759, 15 de julho de 1993, nº 4.003, de 08 de outubro de 1993, nº 4.016, 21 de outubro de 1993, nº 4.019, de 25 de outubro de 1993, nº 4.023, de 29 de outubro de 1993, nº 4.086, de 30 de novembro de 1993, nº 4.126, de 20 de dezembro de 1993, nº 4.141, de 27 de dezembro de 1993, nº 4.176, de 30 de dezembro de 1993, nº 4.306, de 28 de fevereiro de 1994, nº 4.363, de 22 de março de 1994, nº 4.516, de 30 de maio de 1994, nº 4.549, de 08 de junho de 1994, nº 4.551, de 08 junho de 1994, nº 4.552, de 08 de junho de 1994, nº 4.765, de 23 de agosto de 1994, nº 4.766, de 23 de agosto de 1994, nº 4.767, de 23 de agosto de 1994, nº 4.872, de 30 de setembro de 1994, nº 4.873, de 30 de setembro de 1994, nº 5.008, de 28 de novembro de 1994, nº 5.009, de 28 de novembro de 1994, nº 432, de 07 de novembro de 1995, nº 1.342, de 18 de novembro de 1996, nº 1.794, de 07 de maio de 1997, nº 2.129, de 18 de agosto de 1997, nº 2.808, de 27 de abril de 1998, nº 3.031, de 30 de junho de 1998, nº 3.033, de 30 de junho de 1998, nº 3.035, de 30 de junho de 1998, nº 3.037, de 30 de junho de 1998, nº 3.043, de 02 de julho de 1998, nº 3.051, de 03 de julho de 1998, nº 3.407, de 27 de novembro de 1998, nº 3.571, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.574, de 18 de dezembro de 1998, nº 3.635, de 28 de dezembro de 1998, nº 4.886, de 28 de maio de 2002, nº 3.378, de 01 de agosto de 2005, ficam transformadas em Gratificação de Atividade, sendo vedadas novas concessões.

§ 1º O valor da Gratificação de Atividade será reduzido quando houver qualquer progressão funcional do servidor e reajustado quando ocorrer revisão geral do vencimento dos servidores públicos estaduais.

§ 2º Os valores das gratificações previstas no art. 2º desta Lei Complementar, atualmente percebidos como Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial, ficam mantidos e serão reajustados quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais.

§ 3º A gratificação prevista no *caput* deste artigo servirá como base de cálculo para a Gratificação de Atividade Previdenciária, Gratificação de Atividade Portuária, Gratificação Ambiental, Gratificação de Serviço de Transportes e Gratificação de Fiscalização e Controle.

§ 4º Terá direito à Gratificação de Atividade o servidor que possuir na data da publicação desta Lei Complementar, portaria de designação para o desempenho de atividade especial vigente e estiver lotado no órgão que o designou.

§ 5º A gratificação de que trata o *caput* deste artigo servirá como base de cálculo da contribuição previdenciária.

§ 6º O pagamento da Gratificação de Atividade prevista neste artigo não poderá ser cumulativa com qualquer outro valor ou gratificação decorrente do exercício de cargo comissionado.

Art. 12. Ficam convalidados os pagamentos efetuados com base nos arts. 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 11 desta Lei Complementar.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados o § 2º do art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o § 2º do art. 82 e o art. 86 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, a Lei nº 6.185, de 1º de novembro de 1982, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.702, de 22 de agosto de 1989.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***